



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1993.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados José Alves e Júlio Bifon.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Jensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Valdir Rossoni (52). Achantando-se ausentes os Senhores Deputados: Dalton Machuca e Djalma de Almeida César (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Objetiva o presente levar ao conhecimento de Vossa Excelência a decisão da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, quanto à composição da Liderança Partidária, bem como a participação nas Comissões Permanentes desta Casa, que assim se constitui:

- Líder da Bancada: Deputado Paulo Maia de Oliveira

- Vice-Líder: Deputado Algaci Osmário Túlio

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Emilia de Salles Belinati, Paulo Maia de Oliveira

Suplentes: Namir Piacentini, Algaci Osmário Túlio

Comissão de Finanças

Titular: Namir Piacentini

Suplente: Luiz Carlos Zuk

Comissão de Orçamento

Titular: Namir Piacentini

Suplente: Emilia de Salles Belinati

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Luiz Carlos Zuk

Suplente: Namir Piacentini

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações

Titular: Namir Piacentini

Suplente: Luiz Carlos Zuk

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Emilia de Salles Belinati

Suplente: Paulo Maia de Oliveira

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Titular: Luiz Carlos Zuk

Suplente: Namir Piacentini

Comissão de Segurança Pública

Titular: Algaci Osmário Túlio

Suplente: Emilia de Salles Belinati

Comissão de Saúde Pública

Titular: Algaci Osmário Túlio

Suplente: Namir Piacentini

Comissão de Redação

Titular: Luiz Carlos Zuk

Suplente: Emilia de Salles Belinati

Comissão de Tomada de Contas

Titular: Emilia de Salles Belinati
Suplente: Luiz Carlos Zuk.

Comissão de Turismo

Titular: Algaci Osmário Túlio
Suplente: Namir Piacentini

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular: Algaci Osmário Túlio
Suplente: Emilia de Salles Belinati -

Comissão de Fiscalização

Titular: Namir Piacentini
Suplente: Luiz Carlos Zuk

Aproveitamos o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) PAULO MAIA
Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Encaminhamos a Vossa Excelência a indicação dos nomes dos Deputados integrantes da Bancada do PMDB, para a composição das Comissões Técnicas Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) RENATO ADUR
Líder do PMDB

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço
Suplentes: Djalma de Almeida César, Cleiton Kielse, Severino Félix

Comissão de Finanças

Titulares: Luiz Henrique Bona Turra, Nereu Moura
Suplentes: Djalma de A. César, Oswaldo Trevisan

Comissão de Orçamento

Titulares: Djalma de Almeida César, Heinz Georg Herwig
Suplentes: Nereu Moura, Luiz H. B. Turra

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titulares: Severino Félix, Nereu Moura
Suplentes: Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações

Titulares: Arlindo Troian, Luiz H. B. Turra
Suplentes: Domingos Carvalho, Eurides Moura

Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Titulares: Cleiton Kielse, Severino Félix
Suplentes: Oswaldo Trevisan, Toti Colaço

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Titulares: Toti Colaço, Nereu Moura
Suplentes: Severino Félix, Luiz H. B. Turra

Comissão de Segurança Pública

Titulares: Arlindo Troian, Domingos Carvalho
Suplentes: Eurides Moura, Toti Colaço

Comissão de Saúde Pública

Titulares: Domingos Carvalho, Severino Félix
Suplentes: Eurides Moura, Nereu Moura

Comissão de Redação

Titulares: Eurides Moura, Oswaldo Trevisan
Suplentes: Domingos Carvalho, Djalma de Almeida César

Comissão de Tomada de Contas

Titulares: Cleiton Kielse, Arlindo Troian
Suplentes: Djalma de Almeida César, Eurides Moura

Comissão de Turismo

Titulares: Luiz Henrique B. Turra, Domingos Carvalho
Suplentes: Cleiton Kielse, Severino Félix

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titulares: Cleiton Kielse, Toti Colaço
Suplentes: Luiz H. B. Turra, Nereu Moura

Comissão de Fiscalização

Titulares: Djalma de Almeida César, Oswaldo Trevisan
Suplentes: Arlindo Troian, Luiz H. B. Turra

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o arquivamento do requerimento de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, aprovado na sessão plenária de ontem, dia 02 de março corrente, relativo a ajuda de custo para os Senhores Deputados componentes da Comissão Especial que viajará

para Cuba.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) SEVERINO FÉLIX

Apoiamto: Oswaldo Trevisan, Nereu Alves de Moura, Luiz Carlos Martins, Júlio Bifon, Rossoni, João Preis, Antônio Annibelli, Élio Rusch, José Arthur Ritti, Alceu Swarcowski, João Iensen, Ademar Traiano, Colombino Grassano, Eurides Moura, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, José Alves, Luiz Antonio Setti, Dirceu Manfrinato, Edson Silva Lino, Toti Colaço, Carlos Simões, Arlindo Troian, Mário Bezerra, Eroncy Silvério, Neivo Beraldin, Namir Piacentini e Lourenço Fregonese.

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e com fulcro no art. 130, inciso VII do Regimento Interno desta Casa de Leis, vêm, respeitosamente, requerer o cumprimento do art. 94 § 1° do referido diploma legal, tendo em vista que o mesmo vem sendo afrontado, com frequência, nesta legislatura.

Cumpra observar que a não publicação das proposições no tempo preconizado pelo § 1° do dispositivo apontado, além de tornar inviável o trabalho do parlamentar, pois o mesmo não terá tempo hábil para analisar a documentação apresentada, representa um desrespeito para com toda sociedade.

Esperamos que a Mesa, observe as determinações regimentais, que devem reger os trabalhos desta Casa, em próprio respeito aos eleitores, que outorgam aos parlamentares esta responsabilidade.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4° do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Inversão da Pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 153

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, e com base no art. 130, inciso VII do Regimento Interno desta Casa de Leis, vêm, respeitosamente, exigir o cumprimento do art. 13 do referido diploma legal, tendo em vista que o mesmo foi desrespeitado, quando esta

Curitiba, quarta, em 03.03.93

Mesa acatou a constituição de um Bloco Parlamentar Independente -BPI.

Tal fato colide com os arts. 13, "caput", e 14 parágrafo único, do Regimento Interno, uma vez que, somente a agremiação poderá integrar o Bloco Parlamentar. Portanto, fica descartada a integração por parlamentares sem partido, e, conseqüentemente, a constituição de um bloco independente. Assim sendo, por se tratar de ato imperfeito, ferindo a própria Constituição Estadual, em seu art. 62, parágrafo primeiro, é incongruente, e evidentemente inconstitucional, que o referido BPI tenha assento em Comissões permanentes e ou temporárias.

Ante ao exposto, a Mesa da Assembléia Legislativa deve observar o cumprimento dos dispositivos citados, invalidando qualquer ato que os contrarie.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sua substituição pelo Deputado Cleiton Bordini Crisóstomo em Comissão Parlamentar designada para missão à República de Cuba.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A missão parlamentar à República de Cuba reveste-se de especial significado político, cultural e comercial. A presença oficial desta Casa naquele país deverá traduzir-se em resultados de mútuo interesse de Cuba e do Estado do Paraná.

Deve, portanto, fazer-se plena a representação desta Casa. Questões de ordem política havidas recentemente na região representada por este Parlamentar e pronunciadas em Plenário impedem a viagem deste Parlamentar. Nesse sentido, impõe-se o dever da substituição mediante formal designação do Deputado Estadual Cleiton Bordini Crisóstomo, certamente apto a representar em igual qualidade os altos interesses do Estado decorrentes da missão.

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja retirado do requerimento que solicita autorização para a viagem de Parlamentares a Cuba, a parte que diz respeito ao custeio por esta Casa, passando o referido custeio

a correr por conta dos Deputados incluídos na delegação.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento: Luiz Henrique Bona Turra.

REQUERIMENTO N° 157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CATARINO PEREIRA DE CARVALHO, funcionário da CEU - Casa do Estudante Universitário, ocorrido no dia 01 de março do corrente ano, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um Voto de Congratulações ao CORREIO RIOGRANDENSE, pelo transcurso de seu 84° aniversário de fundação, ocorrido no dia 13 de fevereiro próximo passado, na cidade de Caxias/RS.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Em 13 de fevereiro de 1909 iniciava aquela que seria uma das maiores iniciativas em termos de comunicação escrita no seio da Igreja: "La Libertá", que depois passou a chamar-se "II Colono Italiano", seguindo-se "La Staffetta Riograndense", e por fim "CORREIO RIOGRANDENSE", e que, desde 1921, está sob a responsabilidade dos Freis Capuchinhos.

Atualmente, os 32.000 exemplares editados semanalmente circulam em todo o sul do Brasil, e também naquelas colônias de migrantes do Norte e Centro-Oeste do Brasil.

É oportuno lembrar, neste momento, o que representa, os meios de comunicação de massa no desenvolvimento social, político e econômico de uma comunidade.

O Rio Grande do Sul, um Estado que ocupa lugar privilegiado no contexto das comunicações e nos demais setores da atividade humana, perante a Nação, realiza um trabalho de profundidade no esforço de valorização humana.

A presença do CORREIO RIOGRANDENSE, da cidade de Caxias/RS., pioneiro nesse setor de atividade, tem sido, nestes 84 anos, de uma importância extrema, pelo senso de responsabilidade com que orienta seus leitores, baseado na capacidade do seu corpo humano e na qualidade do equipamento que utiliza.

É oportuno que se recorde também o início, cheio de sacrifícios, deste jornal que hoje ocupa lugar de destaque nacional. Impossível ficar-se alheio à informação segura que transmite, à opinião abalizada que exara, à visão das causas de interesse público, nisto se envolvendo por inteiro, fruto de uma direção sábia e um corpo de profissionais de imprensa maduramente preparado para contribuir com seu labor, para a elaboração da história do País.

O jornalismo realizado pelo CORREIO RIOGRANDENSE coloca-o, hoje, em posição ímpar na vida da imprensa brasileira, de que é melhor atestado o seu incontável público, fiel, qualificado, espalhado em todos os rincões do território nacional, dentre os quais, com muito orgulho, este Deputado se inclui, como assinante há muitos anos e que regularmente recebe o seu exemplar.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos, a comemoração do aniversário do CORREIO RIOGRANDENSE, e a este júbilo o Poder Legislativo do Estado do Paraná se associa como representante do povo, congratulando-se com a Direção do Jornal, e seu corpo de profissionais, como atestado de que sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 142

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, voto de congratulações ao General Benedito Onofre Bezerra Leonel, por sua investidura como Chefe do Estado-Maior do Exército, ocorrida nesta data, em Brasília.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O eminente General de Exército Benedito Onofre Bezerra Leonel, que acaba de ser nomeado para a importante função de Chefe do Estado Maior do Exército, posto de relevância na estrutura da força terrestre brasileira, serviu em Curitiba até recentemente, no Comando da 5.ª Região Militar / 5.ª Divisão de Exército.

Nessa função e em todas as demais que ocupou, o ilustre chefe militar se destacou por seu equilíbrio, competência e visão estratégica, além de ter se revelado um devotado cultor da consolidação do regime democrático e da grandeza do Brasil.

Estamos seguros de que, na importante função de Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Bezerra Leonel se haverá com as mesmas altas qualidades, honrando a farda de soldado como um Caxias de nosso tempo e contribuindo para a superação das dificuldades nacionais, dentro do quadro

de estabilidade e segurança das instituições pluralistas que todos prezamos.

REQUERIMENTO N° 145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida, que comemorou no último dia 22 de fevereiro seu 10° aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 22 de fevereiro, Boa Vista da Aparecida viu transcorrer seus 10 anos de existência. Tendo à frente o Prefeito Oldino José Viganó, que ao iniciar sua administração apontou como uma das prioridades o fortalecimento da atividade agrícola do município, que tem sua base de sustentação nos pequenos agricultores.

Temos certeza que o atual Prefeito tudo fará para conduzir da melhor maneira possível, colocando em prática uma série de programas que beneficiarão toda a população laboriosa de Boa Vista da Aparecida, que depositou toda a confiança em seu Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que compõem o atual legislativo municipal.

É portanto nessa significativa data que marcou seu 10° aniversário, que toda a população é credora de nossa homenagem e reconhecimento.

A certeza de dias melhores, aliada a tudo que o povo irá conquistar com muito trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se tornará em realidade.

A este contentamento da população de Boa Vista da Aparecida, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante da região, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso, graças ao Prefeito Viganó e sua equipe de trabalho.

REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a formulação de votos de congratulações a Senhora Dorothee Boden, pelo trabalho desenvolvido como Cônsul-Geral da República Federal da Alemanha para os Estados do Paraná e Santa Catarina, enquanto titular dessa representação diplomática.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste requerimento à congratulada.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade, que a ilustre diplomata alemã deixa o Paraná, convocada para outras funções na República da Polônia, é com a mais ingente e inextensível justiça que o Legislativo deste Estado renda a tão destacada personalidade estrangeira, os cumprimentos pelo escolto trabalho e ações de intercâmbio entre seu País e a nossa Unidade Federativa.

Com devotada dedicação e abnegação, as questões de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Social mereceram da Diplomata a sua peculiar atenção. Destacando-se como pontos marcantes, de seus dois anos e meio como responsável do Consulado de Curitiba, os Projetos de Minimização do Impacto Ambiental provocado por grandes barragens, implantação do Cadastro Técnico Rural do Paraná, Serviços de Integração de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico Industrial das Pequenas e Médias Empresas e a Instalação de um Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Tecnologia da Madeira e do Mobiliário em São José dos Pinhais, entre outros.

Este requerimento é a forma de este Poder Legislativo associar-se às homenagens que são prestadas à Diplomata por ocasião de sua despedida do Paraná.

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações aos médicos cirurgiões Doutores Paulo Roberto Brofman e Vitor Bauer, do Hospital Cajuru, pela realização da primeira cirurgia do tipo cardiomioplastia no sul do país.

Com a realização, no último dia 18 de fevereiro, da cardiomioplastia, o Hospital Cajuru fica incluído entre um seleto grupo de apenas 10 hospitais, em todo o mundo, que realizam esse tipo de cirurgia, realizado pela primeira vez há quatro anos, no Hospital Broussais, em Paris.

A cirurgia consiste na transferência de um músculo das costas do paciente para envolver seu coração, e foi realizada em Curitiba, no representante comercial Leonardo Niekontter, de 32 anos, vítima de insuficiência cardíaca.

Até hoje, apenas 250 pessoas foram submetidas a essa operação e graças à dedicação, competência e perícia dos doutores Paulo Roberto Brofman e Vitor Bauer, ela poderá ser estendida a outras pessoas que dela necessitam, transformam Curitiba em mais um centro de referência nesse cam-

po da medicina.

Fequer-se, ainda, que desta homenagem seja dada ciência aos homenageados e a toda equipe que concorreu para o êxito da cirurgia, além do Presidente do Conselho Regional de Medicina da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e à direção do Hospital Cajuru.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde a preocupação desta Assembléia Legislativa relativamente aos cortes efetuados nas faturas ambulatoriais efetuadas e previstas para acontecer em relação ao Estado do Paraná, reiterando a necessidade de que o Estado do Paraná receba integralmente pelos serviços de saúde que preste à população através do SUS.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Estadual de Saúde aprovou por unanimidade de votos, em sua última sessão plenária realizada em 2 de dezembro de 1992, uma reivindicação ao Ministério da Saúde de repasse integral das faturas ambulatoriais referentes aos serviços de saúde prestados através do Sistema Único de Saúde. Os cortes efetuados e aqueles com previsão de acontecer, prejudicam a população, em especial os segmentos mais carentes e pune mais de 6 mil prestadores de serviços de saúde, além de preterir uma das unidades federativas que mais avançou no projeto de implantação do SUS.

REQUERIMENTO N° 140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide - MD. Diretor Presidente da COPEL, a implantação de energia elétrica, de acordo com Projeto Mutirão, nos Povoados de Massarapuá, Almeida e Ilha Rasa, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que o referido município, é merecedor de desenvolvimento, pois apesar de tratar-se de grande área de reserva ecológica, necessita de energia elétrica para estabelecer procedimentos que melhorem as condições de vida de toda a comunidade, bem como, ampliem as atividades ali desenvolvidas.

É por isso, caros nobres Pares, que solicito o seu apoio ao meu requerimento.

REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o uso das dependências desta Casa: o Plenário e o Plenarinho, para a realização do Seminário **Parlamentarismo e Democracia**, no dia 10 de março de 1993, das 17:30 às 22:30 horas. Este Seminário contará com a presença de personalidades da política nacional como Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a viabilidade de implantação de uma Agência Bancária na Vila Morangueirinha no Município de Maringá.

A Vila Morangueirinha em Maringá caracteriza-se por uma grande concentração populacional, constituída pelo comércio, indústria, produtores rurais e outros segmentos da sociedade, que necessitam sem dúvida alguma de melhor serviço bancário.

Formulamos o presente requerimento a pedido dessas comunidades, que somados a antigas reivindicações dos clientes do Banco do Estado do Paraná S/A, visam a prestação do atendimento incessantemente divulgado por esse Órgão do Governo.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para a Polícia Civil e Militar do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos,

são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileira. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no Município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizada a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e do adolescente do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construída tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que o mesmo libere para o Município de Peabiru, recursos financeiros necessários, para implantação de rede de Galerias de Águas Pluviais, a serem implantadas em pequena extensão, próxima à Av. Raposo Tavares, área central do município.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, no sentido de que o mesmo libere Cr\$ 5.000.000,00, para atender necessidades da A.P.M.I., Escola Profissionalizante para Meninas no Município de Araruna, recursos esses que serão destinados para aquisição de um forno industrial.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a liberação de recursos financeiros, para implantação de revestimentos poliedrico, na rodovia Municipal LR-001, que liga a sede do Município de Quinta do Sol ao Distrito de Irapã, e sede ao entreposto da COAMO.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Caixa Econômica Federal, a fim de que seja justificado o valor cobrado nas prestações das casas populares dos Conjuntos Residenciais Vale do Sol, Nova Esperança e Ouro Branco, construídos pelo Governo Federal, no município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

Os referidos conjuntos habitacionais construídos pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica, tem a finalidade de colocar a casa própria ao alcance da população menos privilegiada, por este motivo deveria ter um baixo custo em suas prestações, o que não está ocorrendo em Nova Esperança. Trata-se de moradias de terceira categoria com elevadas prestações, que dificulta e transtorna a vida de seus mutuários que são na realidade trabalhadores que lutam para fugir de aluguéis fora de seus alcances, e se deparam com dívidas inesperadas para com a Caixa-Econômica Federal.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 45/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a doar para o Município de São Jerônimo da Serra o terreno abaixo especificado:

"Uma área de terras urbana com novecentos e setenta e um metros e sessenta centímetros quadrados (971,60 m²), constituindo a data n° 6 da Quadra n° 43, situada no Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná com os seguintes limites e confrontações, conforme mapa da cidade, a seguir: faz frente para a Rua 3 de Outubro; pelo lado direito faz esquina com a Avenida Wenceslau Braz; nos fundos confronta com a data n° 5; e finalmente pelo lado esquerdo confronta com a data n° 7, todos da mesma quadra; contendo um prédio de alvenaria, onde se localiza o atual Hospital São Jerônimo, conforme Registro Geral, livro n° 2, matrícula 3.531, do Registro de Imóveis do Município de São Jerônimo da Serra - Pr. (em anexo)".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se, pois, a reivindicação do Município São Jerônimo da Serra, rogando ao Governo do Estado do Paraná que, retribuído as providências anteriores do Município em favor do Estado, proceda a doação solicitada.

Pelas razões expostas, rogamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 47/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, a cidade de MARINGÁ, pólo da região noroeste do estado, daqui em diante, intitulada "CAPITAL DA MODA DO PARANÁ".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o País assiste um amarguecimento da produção, castigado pela inflação, pela falta de investimentos públicos e outros investimentos, Maringá em decorrência do seu crescimento pode oferecer novos empregos em todos os setores, onde destaca-se a indústria têxtil de modo especial.

A justificar a presente proposição, alguns pontos se destacam de imediato:

VEST CENTER, recentemente inaugurada, abriga 13 lojas de confecção no atacado, que funcionam como extensões das fábricas, em cujo projeto já está previsto a construção de mais dois pavilhões visando a sua ampliação.

VEST SUL - Maior centro atacadista de confecções do sul do Brasil, também prevendo a sua ampliação, já adquiriu terreno de 24.000m², onde está sendo concluída a sua sede própria, elevando o número de expositores de 45 para mais de 140 lojas, cujo projeto oferecerá toda uma infra-estrutura, com restaurantes, lanchonetes, agências bancárias, amplo estacionamento, acomodações para excursões, garantindo assim maior conforto as centenas de turistas que diariamente por ali transitam.

Dentre outros, estes dois empreendimentos, mais do que expositores, formam um ponto de negócios, centro de decisões, que coloca em relevo não somente a indústria têxtil Maringense, mas também a capacidade de nossos empresários do setor, bem como a visão de seus organizadores.

O volume de comercialização supera de largo as mais otimistas expectativas, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida, mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

- O estímulo e o incremento não apenas o setor têxtil, mas ainda os segmentos mais diversificados, juntando-se a isso, os setores de produtos e serviços que também participam e evoluem por decorrência.

- Matéria Prima:

ALGODÃO - O Brasil é o sexto produtor mundial de algodão em caroço, e a região de Maringá aparece como o maior produtor do País. Em 1988 sua participação no total nacional alcançou 19%, superando a marca de 460 mil toneladas, destacando-se a sua lavoura de algodão herbáceo, cuja produtividade, acima da média nacional, esteve próxima dos 2.000 Kg por hectare.

A região de Maringá produziu, 26,4 mil toneladas de fios de algodão em 1988, e o parque de fiação de algodão instalado na Região tem capacidade para produzir 26.260 toneladas, o que indica que o setor vem operando em regime integral.

SEDA - A nível estadual a sua produção de seda corresponde a 67% do total, cujo número a nível nacional corresponde a 55% dos casulos de seda do País.

COURO - O Paraná produz três milhões de pele/ano, e a Região de Maringá é a que apresenta o maior volume desta produção.

População:

A região polarizada por Maringá está estimada em 350.000 mil habitantes, fator este, que facilita um aproveitamento, em grande escala, da mão-de-obra local.

- Situação Geográfica:

Maringá é a cidade pólo da Microrre-

gião 09, localização privilegiada e, em decorrência natural é passagem obrigatória de quem se desloca em direção ao Paraguai, Argentina e Foz do Iguaçu oriundos do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Sul do País, e cuja função polarizadora deverá ter ainda reflexos de grande influência para colocar Maringá em vantagem nas novas relações comerciais que se abrem com a integração do Cone-Sul.

- Turismo:

Além dos turistas que se deslocam em carros próprios, levantamento feito, comprovou uma média de atendimento a mais de 300 ônibus de turismo a cada final de semana.

- Empregos:

É inegável a contribuição da indústria têxtil em todos os sentidos econômicos/financeiros da Sociedade, envolvendo não só as fábricas, mas enorme contingente de fornecedores, criando os decisivos e indispensáveis empregos para a população.

O município possui atualmente, em torno de 300 empresas de tecelagem, fiações de seda e do algodão, atacadistas e indústrias de modo geral, e conta com aproximadamente 1000 micro-empresas e empresas de fundo de quintal que se destacam no aproveitamento do grande contingente de mão-de-obra existente na região.

- Apoio do Governo Estadual:

A todos estes fatores, soma-se ainda, o apoio que este Deputado tem recebido do Sr. Roberto Requião - Digníssimo Governador do Estado, que atendendo reivindicação feita, determinou a realização de estudos, para que, o mais rápido possível sejam implantados cursos e escolas profissionalizantes de Corte e Costura e curso de formação profissional de Confeccionador de Calçados e derivados de couro, medida esta que determinará maior celeridade na circulação de riquezas, na expansão das fronteiras econômicas e maior aproximação dos setores produtivos, fatores geradores de empregos.

O empresário Maringaense não pode ficar fora dos novos padrões de qualidade e preço que a nova ordem econômica nacional e internacional exige.

Ele deve crescer com o Município e com o Estado, para se integrar ao grupo de homens valerosos que fazem do Paraná um exemplo para o País.

O Governo do Paraná tem o dever de se aliar ao processo de modernização econômica do Estado, através de programas e investimentos, incentivando à produção, por uma indústria mais competitiva, por padrões de qualidade em níveis internacionais buscando uma economia mais forte, uma sociedade mais justa, com maior rentabilidade que resultará em JUSTIÇA SOCIAL.

Assim sendo, é com grata satisfação que submetemos à apreciação pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o presente Projeto de Lei intitulado Maringá como "CAPITAL DA MODA DO PARANÁ" numa justa homenagem ao seu Povo Trabalhador.

PROJETO DE LEI N° 44/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Para os efeitos desta Lei, considera-se resíduo qualquer lixo, refugo, esgoto, lodo, borra, misturas oleosas e outros materiais que devem ser descartados de uma embarcação ou removidos de uma instalação costeira.

§ 1° - Entende-se como "outros materiais" qualquer substância ou material resultante da operação ou emprego, na embarcação ou instalação costeira, como:

- a) óleo residual da casa de máquinas;
- b) mercadorias contaminadas por agentes poluidores que as tornem impróprias para consumo normal;
- c) peças substituídas e sobras de materiais empregados em manutenção preventiva ou corretiva de embarcações ou de equipamentos de instalações costeiras.

Art. 2° - Os resíduos são classificados em:

- I - resíduos perigosos;
- II - resíduos não perigosos.

§ 1° - Resíduos perigosos são aqueles que apresentam as características definidas pela regulamentação da presente Lei.

§ 2° - Os critérios e procedimentos para o manuseio de resíduos perigosos serão estabelecidos pela mesma normatização referida no parágrafo anterior.

§ 3° - Resíduos não perigosos, são todos os demais resíduos que não se enquadrem como resíduo perigoso, como: resíduos de alojamentos, de cozinha e refeitória de embarcação; lixo industrial que não apresente qualquer risco à saúde ou de combustão espontânea; outros resíduos que, em caso de dúvida, sejam declarados não perigosos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO

Art. 3° - Esta Lei tem por objetivo principal estabelecer, e fazer com que sejam cumpridos, procedimentos e critérios para que as operações de navios, portos, terminais, oleodutos submarinos e costeiros, industriais litorâneas e demais instalações potencialmente poluidoras, si-

tuadas próximas da costa, apresentem menor risco de poluírem o mar litorâneo do Estado do Paraná e, quando o fizerem, disponham de recursos humanos e materiais suficientes para o combate à emergência.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 4º - Os portos, terminais, plataformas fixas ou móveis, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros e demais instalações que manipulem ou armazenem petróleo e seus derivados, como refinarias e campos de produção de petróleo, próximos ao litoral, deverão possuir sistemas de prevenção e controle de derrame de óleo, na água e no solo, e seus projetos deverão ser submetidos ao IAP, para análise e julgamento, antes da solicitação da Licença de Operação.

Art. 5º - Os portos, terminais, estaleiros, bem como as plataformas marítimas e demais instalações que manipulem petróleo e seus derivados e que já estejam em funcionamento na data de publicação desta Lei, deverão submeter ao IAP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, os projetos referidos no artigo anterior, cuja implantação não deverá passar de seis meses.

CAPÍTULO IV

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA OPERAÇÃO DE NAVIO

Art. 6º - O Licenciamento Ambiental para Operação de Navio será o documento indispensável ao início das operações de cada navio, em porto, terminal ou estaleiro do Estado do Paraná e constará de:

I - Declaração de Conformidade Ambiental - DCA, e

II - Termo de Compromisso Ambiental - TCA.

Parágrafo Único - Os documentos enumerados nos incisos acima, devidamente preenchidos, deverão ser carimbados e visados pela autoridade licenciadora.

CAPÍTULO V

DAS FONTES GERADORAS DE RESÍDUOS

Art. 7º - São consideradas, para efeito desta Lei, como fontes geradoras de resíduos, as embarcações e as instalações costeiras.

§ 1º - Os resíduos perigosos terão suas características reconhecidas aplicando-se os métodos indicados na regulamentação da presente Lei, e como tal deverão ser tratados.

§ 2º - Cabe à fonte geradora a prova, junto ao IAP, de que o resíduo não é perigoso, sempre que houver alguma dúvida.

§ 3º - Os resíduos não perigosos deverão ser selecionados e dispostos, adequadamente, para destinação final.

§ 4º - As embarcações deverão possuir

sistema apropriado para selecionar e dispor seus resíduos, que deverão ser descartados, somente em instalações terrestres.

§ 5º - As instalações costeiras deverão contar com sistemas adequados para receber, selecionar e dispor seus próprios resíduos e os das embarcações que nelas operam.

§ 6º - A disposição final de um resíduo será feita de acordo com critérios estabelecidos pelo IAP.

§ 7º - Os resíduos não biodegradáveis deverão ser incinerados em instalações aprovadas pelo IAP.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE DE RESÍDUOS

Art. 8º - O controle de resíduos perigosos será feito mediante documento próprio que conterá, no mínimo, o seguinte:

- I - número, em ordem crescente;
- II - nome, logotipo, endereço, telefone e código de identificação da fonte geradora (CIF);
- III - nome, endereço, telefone e código de identificação do transportador licenciado (CIT);
- IV - nome, endereço, telefone e código de identificação da instalação licenciada (CIL) designada para recebimento do resíduo e da instalação alternativa, se houver;
- V - descrição e identificação do resíduo, na conformidade das normas vigentes no País para transporte de produtos perigosos ou outras que venham a ser estabelecidas por órgãos competentes;
- VI - quantidade total de cada resíduo em unidade de peso ou volume, número e tipo de "containers" colocados no veículo transportador;
- VII - outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

Art. 9º - Os resíduos não perigosos obedecerão aos seguintes critérios de controle:

- I - todos os resíduos deverão ser registrados em documento próprio que indique:
 - a) número do documento em ordem crescente, local e data do seu preenchimento;
 - b) nome, logotipo, endereço, telefone, nacionalidade e identificação da fonte geradora e do seu responsável;
 - c) descrição, identificação e quantidade total de cada classe de resíduo e do "container" em que estiver acondicionado;
 - d) outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

II - o documento deverá ser preenchido em 03 (três) vias, ficando uma como eminente (responsável pela fonte), outra entregue à instalação costeira receptora e a última encaminhada ao IAP.

Art. 10 - A instalação costeira receptora do resíduo será responsável por sua destinação final, devendo para isto providenciar:

- I - adequada armazenagem dos resíduos, até a remoção para a destinação final, em depósitos e locais antecipadamente aprovados pelo IAP;
- II - transporte dos resíduos para destinação final, devendo:
 - a) fornecer ao transportador um documento (documento de transporte e destinação final de resíduo) em que esteja identificado o resíduo e indicados os cuidados para seu manuseio, bem como seu destino final;
 - b) exigir do transportador recibo da entrega do resíduo.
 - c) obter uma declaração de que o resíduo chegou ao seu destino;
- III - o arquivamento, por um ano, a partir da data da emissão, de toda a documentação referida neste artigo.

CAPÍTULO VII

DO CAMPO DA APLICAÇÃO

Art. 11 - Esta Lei é aplicável aos portos, terminais marítimos, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros, instalações de atividades petroleiras em geral, indústrias litorâneas, marinas, clubes com atividades marítimas e todas as instalações com potencial de poluir o mar litorâneo do Estado do Paraná.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTALAÇÕES COSTEIRAS

Art. 12 - Assim são denominadas, para efeito desta Lei, todas as instalações industriais, de lazer ou particulares, que estejam situadas junto às águas litorâneas do Estado do Paraná.

Art. 13 - Os portos, terminais, marinas, estaleiros, canteiros de fabricação de plataformas e indústrias litorâneas que operem navios e demais instalações portuárias, deverão dispor de serviço e facilidades para o recebimento de resíduos e misturas oleosas existentes a bordo das embarcações que neles aportam, bem como do lixo e de todo o material que deva ser descartado em terra.

Art. 14 - Todos os portos, terminais e demais instalações portuárias, como definido nesta Lei, deverão dispor de recursos

humanos e materiais, bem como de Plano de Contingência, adequados e suficientes a um primeiro combate a eventuais emergências, particularmente a derrames de óleo no mar.

Art. 15 - Os estaleiros deverão ser providos de instalações e serviços para receber todos os resíduos que permaneçam na embarcação que a eles se destine.

Art. 16 - Os resíduos dos portos e das embarcações que neles operem deverão ser, obrigatoriamente, selecionados e enviados à destinação final específica, conforme normas e critérios estabelecidos pelo IAP.

Art. 17 - Os resíduos gerados em instalações portuárias, estaleiros e canteiros de fabricação de plataformas, deverão ter destinação final em conformidade com as normas vigentes em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 18 - Os resíduos que apresentam grau de perigo deverão receber atenção especial e tratamento conforme condições estabelecidas pelo IAP.

Art. 19 - Em caso de derrame, vazamento ou deposição accidental de óleo, em tratto d'água ou solo, as operações de limpeza e restauração da área e bens atingidos, assim como a destinação final dos resíduos gerados, serão de responsabilidade do porto, terminal ou instalação em que ocorreu o incidente, e obedecerão os requisitos do IAP.

Art. 20 - É proibido, salvo licença especial do IAP, a queima de resíduos de qualquer natureza, a céu aberto.

Art. 21 - É proibido o lançamento de qualquer tipo de resíduo no mar litorâneo do Estado do Paraná e em seus ecossistemas.

Art. 22 - Deve ser regulamentada, ouvido o IAP, a utilização de resíduos cujo terminal seja o solo ou alimentação de seres vivos.

Art. 23 - Os projetos específicos de coleta, seleção, transporte e destinação final de resíduos oriundos de embarcações ou da própria instalação portuária, bem como sua implantação, operação e manutenção ficam sujeitos a licenciamento e fiscalização do IAP.

Art. 24 - Os projetos de tratamento e destinação final deverão contemplar, obrigatoriamente, a implantação de programas de controle e eficiência.

CAPÍTULO IX
DAS EMBARCAÇÕES

Art. 25 - Assim são denominadas, para efeito desta Lei, todas as construções destinadas a navegar sobre água, incluindo-se, além dos navios, os barcos de recreio como iates e lanchas, as plataformas fixas e flutuantes, rebocadores e barcos de serviço.

Art. 26 - As tripulações das embarcações deverão ser instruídas no sentido de evitar o lançamento de resíduos ao mar, providenciando para que os mesmos sejam convenientemente acondicionados para seu descarte em instalação terrestre.

Art. 27 - O comandante da embarcação é o responsável pelo cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei, respondendo civil e criminalmente pelos atos que venham provocar danos ao meio ambiente marinho ou a propriedade de terceiros, em consequência do descumprimento desta Lei.

Art. 28 - Sempre que uma embarcação transportar produtos perigosos para portos ou terminais do Estado do Paraná, deverá seu comandante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar ao IAP as características do produto perigoso, sua quantidade e, se necessário, indicar as providências a serem adotadas para garantir uma operação segura.

Art. 29 - Enquanto a embarcação estiver operando em porto ou terminal, todos os resíduos inclusive os esgotos sanitários, deverão ser descarregados em instalação receptora terrestre ou, não existindo tal instalação, deverão ser retidos a bordo para alijamento futuro em condições adequadas e previstas em lei.

Art. 30 - É proibido o emprego de produtos químicos no controle de eventuais derrames de óleo, devendo-se nestes casos, providenciar a contenção do produto derramado, seu recolhimento e envio a destino adequado.

Art. 31 - Quando se proceder à lavagem de tanque que tenha contido substância perigosa que possa criar riscos à saúde humana à vida marinha, o efluente resultante da operação deverá ser descarregado em uma instalação receptora, enquanto apresentar concentração da substância perigosa acima dos limites considerados seguros para descarte no mar.

Art. 32 - O comandante ou agente de navegação deverá notificar ao IAP, sempre que uma embarcação encontrar qualquer dificuldade para descartar em terra seus re-

síduos.

Art. 33 - É terminantemente proibido alijar no mar litorâneo do Estado do Paraná qualquer produto fabricado com material plástico, bem como qualquer espécie de lixo, incluindo-se produtos de papel, vidro, metais, louça doméstica, tábuas e materiais empregados em embalagens.

Art. 34 - Os restos de alimentos, quando previamente triturados de modo a passar por peneira com malha de vinte e cinco milímetros, poderão ser lançados ao mar a uma distância de pelo menos dez quilômetros da costa.

Art. 35 - Enquanto não houver instalação ceptora para lastro sujo ou água de lavagem de tanques, será tolerado o seu lançamento ao mar, desde que obedecidas as condições seguintes:

- I - que a embarcação esteja em rota, navegando a uma velocidade de sete nós;
- II - que a descarga seja feita abaixo da linha de flutuação;
- III - que a embarcação esteja a pelo menos vinte quilômetros da terra mais próxima e em águas com profundidade das pelo menos vinte e cinco metros;
- IV - que o resíduo esteja diluído em volume de água de pelo menos dez por cento do volume total do tanque;
- V - que a descarga seja feita moderadamente, garantindo-se que a concentração do produto perigoso não exceda a uma parte por milhão (1ppm) na esteira da embarcação, logo após a sua popa.

Art. 36 - Sempre que ocorra um acidente ou uma situação de real perigo de acidente que envolva a embarcação, deverá o comandante comunicar prontamente o fato ao IAP.

Art. 37 - Quando, por motivo de segurança da embarcação ou de seus tripulantes, for necessário adotar uma medida que contrarie a presente Lei, deverá o fato ser comunicado com a máxima urgência.

Art. 38 - Deverão ser tomadas as providências necessárias para que não ocorra imobilização ou retenção desnecessárias da embarcação, pela aplicação de procedimentos previstos nesta Lei.

CAPÍTULO X
DAS PENALIDADES

Art. 39 - A não observância dos procedimentos previstos nesta Lei, será considerada falta gravíssima e sujeitará o in-

frator às penalidades previstas nas legislações municipais, estadual e federal em vigor.

Art. 40 - Além das penalidades que lhe forem impostas, deverá o infrator ressarcir todas as despesas relacionadas com a falta cometida, tais como: limpeza, dragagem, transporte e alimentação do pessoal envolvido, custos administrativos, recuperação ou substituição de equipamentos, materiais e roupas utilizados.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - A presente Lei será regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias, pelo Poder Executivo.

Art. 42 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) NEIVO BERALDIN

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI N° 46/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogado o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a Chefia do Executivo Estadual deve revigorar a Tabela de Vencimentos que prevaleceu na Polícia Civil por mais de 15 anos, ou então, reestabelecer os salários dos policiais civis com base no que anteriormente recebiam adotando outro critério, o que para nós é simples questão de semântica.

Na atual conjuntura os policiais civis passam por dificuldades de ordem diversa, desde a falta de equipamentos até a ausência de uma política salarial adequada, pois aquilhoar a esses com os mesmos índices atribuídos ao Quadro Geral de Servidores é injusto, uma vez que a atividade em lide implica em risco de vida e saúde, com jornadas de trabalho de 24 horas ou mais, ininterruptas.

Face a argumentação apresentada, gostaríamos através deste Projeto de Lei Complementar, reparar a injustiça anteriormente cometida, pela revigoração do art.

Curitiba, quarta, em 03.03.93

291, da Lei Complementar n° 14/82.

Entendemos que o pleito em questão não é inconstitucional, já que defende um direito exercido por mais de 15 anos, sendo, ao contrário, até mesmo injusta a não revigoração, notadamente neste momento em que ocorre o incremento da criminalidade e a sociedade necessita de uma Polícia eficaz, o que se há de convir, depende de equipamentos e bons salários.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

Antes porém, anunciamos a presença em Plenário do Professor Antonio Fermio, Diretor do Colégio Olavo Bilac do Município de Sarandi do nosso companheiro Júlio Bifon.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No início desta semana lideranças populares do Município de Curitiba trouxeram ao nosso gabinete decreto de lavra do Prefeito Municipal de Curitiba sob o n° 328 que disciplina a comercialização de vales-transporte no sistema de transporte coletivo da capital do Estado.

Por este decreto, com fundamento no Decreto 95247 de 17.11.87, o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, ex-Deputado Rafael Greca, determina que a comercialização de fichas de vales-transporte pela URBS - Urbanização de Curitiba Sociedade Anônima e entidades bancárias conveniadas somente será efetuada nos primeiros dez dias úteis de cada mês. Portanto, a praxe de uso estabelecido no sistema de transporte coletivo desde 1987, quando se estabeleceu o vale-transporte como moeda no sistema de transporte coletivo, foi quebrada por este decreto da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, FAMOPAR, ingressou esta semana com um mandado de segurança contra ato que reputa ilegal e abusivo de majoração da tarifa de transporte coletivo da Cidade de Curitiba.

"A Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, FAMOPAR, impetrou ontem mandado de segurança contra o Prefeito Rafael Greca". É a chamada que vem no Jornal "Correio de Notícias".

Como se não bastasse ostentar o título de cidade com a tarifa de transporte mais alto do País, Curitiba agora recebe mais um prêmio. A capital paranaense tenta, então, um aumento mais abusivo.

Na segunda-feira a Prefeitura decretou um reajuste de 60% nas passagens de ônibus. No mesmo período a inflação não passou, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de 30%. Além do aumento acima da

os dirigentes da FAMOPAR apontam uma ilegalidade: o reajuste não foi divulgado em Diário Oficial, mas apenas pela imprensa.

A Federação no mandado, veja a íntegra, diz aqui a reportagem que está aqui sob nosso controle, chama também a atenção para as ligações perigosas entre Sindicato dos Transportes, os Vereadores do grupo Pró-Cidade e a Prefeitura. A petição solicita liminar urgente cancelando o reajuste abusivo.

Nesta reportagem de página inteira, diversas questões graves, gravíssimas no âmbito da administração pública de Curitiba, são levantadas, desde as denúncias promovidas pela revista VEJA, passando pelas filmagens promovidas e cessadas pela TV Educativa, compondo um quadro dos mais dramáticos, dos mais graves.

Para se acrescentar a um quadro nebuloso, profundamente estranhável, o Vereador pelo Partido dos Trabalhadores Jorge Miguel Samek, em reportagem publicada hoje no Jornal Folha de Londrina, em matéria intitulada "URBS nega perfeito derrame de fichas". A URBS, gerenciadora do transporte coletivo de Curitiba, negou, ontem, que tenha derramado no mercado vinte e cinco milhões de fichas de vales-transporte acima do normal, que é de quinze milhões, para fechar o rombo da empresa. Através da assessoria da empresa, a direção da empresa informa que não tem estoque de fichas e mantém no mercado apenas trinta milhões; quinze milhões integra o giro mensal.

O derramamento de vales foi denunciado pelo vereador Jorge Miguel Samek do Partido dos Trabalhadores. Ele acusou a URBS de fixar a tarifa de ônibus de Curitiba acima do valor para cobrir o rombo causado pela eleição do Prefeito Rafael Greca à Prefeitura de Curitiba. Segundo o Vereador a tarifa foi represada pela URBS de 31 de julho até 8 de outubro do ano passado quando se concluíram as eleições. A partir daí a empresa teve que recuperar o "superávit" e passou a estimular aumentos acima do real.

A assessoria de imprensa continua a matéria, confirma que a tarifa ficou congelada por dois meses. Para analisar esses custos e aumentos a Câmara Municipal realiza amanhã a primeira reunião da Comissão Especial de Investigação, o equivalente a uma CPI na Assembléia Legislativa, integrada na maioria por Vereadores ligados ao Prefeito Rafael Greca e a Comissão Especial de Inquérito vai ter 60 dias para concluir as investigações.

Há aqui inúmeras irregularidades. Nós temos a violação do Código de Defesa do Consumidor. O artigo 39, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito claro em seu inciso 2º quando diz: "É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços recusar atendimento às demandas dos consumidores

na exata medida das suas disponibilidades de estoques e ainda de conformidade com os usos e costumes." Além disso há também violação à lei 8137 de 27 de dezembro de 1990 que trata dos crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica e as relações de consumo. O artigo 7º, inciso 6º diz o seguinte: "Constitui crime contra as relações de consumo - Inciso 6º - Sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas ou retê-los para o fim de especulação.

O artigo 12 da mesma lei de crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo afirma que são circunstâncias que podem agravar em um terço até a metade as penas previstas e a pena neste caso é de detenção de dois a cinco anos, portanto pode se agravar de um terço e até a metade as penas previstas quando ocasionar: Inciso 1º - grave dano à coletividade - 2º - ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções - 3º - ser o crime praticado em relação a prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde, como é o caso do transporte coletivo que compõe o binômio fundamental das grandes cidades: trabalho/transporte.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, coloco aqui desta Tribuna a denúncia e também a iniciativa que provocaremos junto ao Ministério Público através de representação própria para que em ação própria movida pelo Ministério Público possa ser decretada pelo juízo competente, em ação própria, a ilegalidade e abusividade dos atos praticados que se iniciam (sic) por este Decreto que vão passando pelas majorações das tarifas e pelo descontrole absoluto que atingiu o setor de transporte coletivo na cidade de Curitiba.

São graves as denúncias. Portanto fica aqui a nossa manifestação, o nosso repúdio à atitude irresponsável que vem sendo mantida pelo atual Prefeito da Cidade de Curitiba que se propõe apenas continuar a política anti popular que vinha desenvolvendo o seu antecessor, ex- Prefeito Jaime Lerner, atingindo e infringindo graves danos à coletividade, estabelecendo e fazendo com que a tarifa de Curitiba seja a mais alta do País numa situação das mais nebulosas, de um jogo que envolve políticos corruptos, administradores mal intencionados e empresários corruptores. O desvendamento dessa cadeia de crimes, dessa rede e verdadeira máfia que se estabeleceu na Cidade de Curitiba é um imperativo moral, ético, político, que deve contar com o apoio deste Parlamento.

Portanto, também a nossa solidariedade aos Vereadores da Cidade de Curitiba que

nessa legislatura conseguiram instaurar Comissão Especial de Inquérito que ao final e ao cabo deve revelar os crimes e danos ocasionados ao interesse público e popular da cidade de Curitiba.

A denúncia e também as iniciativas deste Parlamentar e da Bancada do PMDB para o conjunto com o Ministério Público, em conjunto com o Procon, em conjunto com as organizações de defesa dos consumidores e ao lado da sociedade paranaense e curitibana colocar um basta aos abusos, as arbitrariedades e a corrupção que estabeleceu no setor de transporte coletivo, com a conivência direta do Prefeito Municipal, do senhor ex-prefeito e de diversos vereadores e agentes comissionados na atividade política.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência que autorize o Setor de Taquigrafia a me ceder uma cópia do pronunciamento do Deputado Luiz Bona Turra e dizer ao nobre Deputado, que a nossa gestão foi tão anti-popular, que ganhou de 3 a 0 do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, a palavra está concedida ao Deputado Nereu Alves Moura.

O SR. NEREU ALVES MOURA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde de hoje, para comentar dois fatos acontecidos na minha região. Ontem, assistindo à Rede Globo de Televisão, deparei-me com uma matéria inserida, relatando fatos de um município, o que eu represento nesta Assembleia.

O ex-Prefeito de Nova Aurora, município do oeste do Paraná, ainda não digerindo a derrota eleitoral das eleições passadas, procura fazer com que a população crie dificuldades para a atual administração do Prefeito Aurélio Regazzo. Doutor Aurélio Regazzo que encontrou a Prefeitura falida, destruída pela malversação do ex-Prefeito Walter D'Amolim. Ao assumir a prefeitura em 1º de janeiro, o parque de máquinas totalmente destruído, dívidas incalculáveis e o ex-alcaide, usando de subterfúgios administrativos, procurou e beneficiou de forma escancarada os seus apauados e o Prefeito de Nova Aurora, Dr. Aurélio Regazzo, de maneira séria, de maneira competente, procurando colocar a casa em ordem, cortando mordomias, demitindo funcionários que inchavam aquela prefeitura, tem, através do ex-Prefeito, a emissora de rádio local, que é de propriedade do ex-Prefeito, a lhe fazer uma oposição sistemática e a incitar a população a criar dificuldades ao atual prefeito.

Esta denúncia eu gostaria de fazer aqui e lavrar nesta Assembleia, para que a população deste Estado, para que o povo do Paraná ao eleger os seus representantes, tome cuidado para não cair numa armadilha, como Nova Aurora, ao eleger o ex-prefeito Walter D'Amolim.

Outro fato, Senhor Presidente, é um fato grave que está ocorrendo no Município de Campo Bonito. Esta Casa de Leis, no ano passado, já vivenciou este fato, quando a Comissão de Terras da Assembleia Legislativa, presidida pelo brilhante Deputado Toti Colaço, mediu uma questão agrária no Município de Campo Bonito, onde havia uma invasão de terras, e agora, após a lavratura de um acordo que encontra-se em minhas mãos, entre os "sem-terras", a Agroindustrial Beledeli, os mesmos "sem-terras" novamente voltaram e invadiram a propriedade Agroindustrial Beledeli e hoje pela manhã, duas pessoas saíram feridas em tiroteio travado naquela propriedade.

É um fato que lamentamos profundamente e queremos que esta Assembleia, através da Comissão de Terras, volte novamente a discutir este assunto que afeta a região oeste do nosso Estado, uma região marcada por problemas fundiários e especialmente Campo Bonito, vive nesse momento um momento de angústia e perplexidade.

É preciso que nós políticos, representantes do povo, novamente voltemos a discutir este grave problema que hoje está a tirar o sossego da pacata Campo Bonito.

O Sr. Duílio Genari - Eu gostaria, primeiro, de analisar o pronunciamento do Deputado com referência ao movimento que houve no dia de ontem em Nova Aurora.

Eu admiro Vossa Excelência como Deputado, e deve fazer isso, defender o seu prefeito. Mas não é possível que o Deputado, da maneira que conhece o Walter Dalmolim, eu o conheço, é um homem sério. E se aconteceu o que está acontecendo, e é preciso que seja dito, é preciso que os Senhores Deputados e o Senhor Presidente saibam, lá em Nova Aurora o prefeito atual, o que assumiu a Prefeitura, fechou o hospital construído com o dinheiro do povo. E com referência aos funcionários, ele armou o maior terror.

Este é o prefeito que Vossa Excelência está defendendo nesta. Nós não podemos aceitar isto, que falem da honra e da seriedade do ex-Prefeito Walter Dalmolim.

Com referência à invasão da Fazenda Beledeli, desde cedo estamos acompanhando, estamos procurando conversar com o Prefeito, com o ex-Prefeito Graci, com o proprietário Beledeli, e lá agora mesmo me informaram que existem duas pessoas que foram baleadas e outras duas que não retornaram à cidade. Pode até, e existe uma

dúvida, mas é possível que estejam até lá no meio do mato mortos pelos invasores das terras.

Eu conversei cedo com o Secretário, com o Caíto e outros Secretários. E, infelizmente, a verdade tem que ser dita. Eu disse hoje, às 9 horas, que haveria a necessidade de se tomar uma atitude séria naquele momento, porque iria acontecer aquilo que aconteceu. Parece-me, faltou um pouco de responsabilidade de alguém que tem a responsabilidade de tratar aquele assunto.

O SR. NEREU ALVES MOURA - Agradeço o aparte, Deputado Duílio Genari, um grande Deputado também da região oeste, com grandes serviços prestados à região.

Deputado, não concordo com as suas afirmações com relação à Nova Aurora, uma vez que, de fato, o Prefeito Aurélio Regazzo assumiu a Prefeitura totalmente destruída, cheia de vícios.

O Prefeito demitiu 50 funcionários que lá estavam a inchar a Folha de Pagamento.

Com relação a Campo Bonito, Deputado, Vossa Excelência que de fato acompanhou aquela primeira reunião, aquele primeiro embate que a Assembléia travou para resolver aquele problema fundiário, conhece muito bem a situação grave e difícil que hoje Campo Bonito atravessa. O cidadão que foi atirado lá, juntamente com um policial da Polícia Militar de Guaraniaçu, fazendo com que o clima esteja a merecer uma atenção especial desta Casa de Leis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emilia Belinati e Senhores Deputados.

Venho à tribuna desta augusta Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, para falar do extraordinário resultado positivo do Banco do Estado do Paraná, que pela segunda vez se apresenta como líder no "ranking" nacional dos médios e dos grandes bancos.

O Banco do Estado, que é hoje, no Paraná, o Banco que promove o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, presente com suas agências, com seus postos de serviço e com seus pontos de atendimento em todas as repartições, em todos os rincões do Estado, faz-se presente como um efetivo instrumento do nosso desenvolvimento, com programas de grande alcance social.

O Banco do Estado é, hoje, o condutor do progresso do nosso comércio, da nossa indústria e da nossa agricultura. Notada-

mente a agricultura, que tem sido socorrida pelo Banco do Estado, sempre nos momentos oportunos. E aquele Banco tem decidido, sempre, com conveniência e oportunidade, a liberação dos recursos. Haja vista, recentemente, a liberação de um trilhão de cruzeiros para comercialização da safra agrícola e a garantia de que o dobro destes recursos serão liberados pelo Banco se necessário.

É importante esclarecer que o Banco do Estado teve que socorrer a nossa agricultura, com esta extraordinária quantia, porque o Banco do Brasil, do Governo Federal, a quem compete, tradicional e historicamente o atendimento da nossa agricultura, não pôde fazê-lo, ainda, este ano, porque o orçamento da República ainda não está pronto, digo, aprovado. Daí porque o Banco do Estado interveio, num momento importante para a nossa agricultura.

Portanto, é um Banco que nesta Administração do Governador Roberto Requião, vem mostrando ao Paraná e ao Brasil que a empresa pública bem administrada gera produtos, gera rendas, gera empregos, enfim, a empresa pública administrada com competência e com eficiência é viável e rentável.

Isto está fazendo com que a imprensa, os meios de comunicação deste País, falem bem do nosso Estado, falem bem do Paraná e falem bem, também, do nosso Banco do Estado do Paraná.

Nobre Deputado Colombino Grassano, eu darei aparte a Vossa Excelência, com muita honra. Só me permita concluir um raciocínio. Vejo no Jornal "A Folha de São Paulo", que circula no País inteiro, dizendo que o BANESTADO tem lucro de 38,8 milhões de dólares em 92. E um trecho da reportagem diz o seguinte:

"Segundo o Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Mello e Silva, todas as empresas tiveram lucro em 92".

Significa que todas as empresas do conglomerado BANESTADO, a Corretora, a BANESTADO Crédito Imobiliário, a BANESTADO Reflorestadora, a BANESTADO Seguros, enfim, todas as empresas que integram o conglomerado BANESTADO tiveram lucro. Isto mostra que todas elas estão sendo administradas com seriedade e com competência.

Mas é importante também, e antes de conceder aparte ao Deputado Colombino Grassano, que eu traga os dados obtidos pelo Banco neste semestre. No último semestre de 92.

Estamos com um patrimônio líquido, hoje, avaliado em 234 milhões de dólares, 234.707 milhões de dólares o que equivale em cruzeiros hoje a mais de 3 trilhões de cruzeiros.

O Banco do Estado teve um lucro da ordem de 500 bilhões de cruzeiros, ou seja,

perto de 40 mil dólares, isto nos dólares de dezembro do ano 92, porque se nós transformarmos os dólares nos valores de hoje, nós teremos aqui já quase 900 bilhões de cruzeiros.

Mas o que é importante Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Casa conheça o porquê da eficiência do Banco do Estado, é quando nós comparamos o lucro em relação ao patrimônio líquido, teremos uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido da ordem de 16,43%. Foi a maior rentabilidade em todo o País entre os médios e os grandes Bancos, o BANESTADO aparece em 1º lugar com respeito a rentabilidade do patrimônio líquido.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que todo o dinheiro captado pelo Banco foi aplicado notadamente na produção. O Banco do Estado como eu disse é um Banco que promove o desenvolvimento econômico e social, ele opera todo o dia e toda hora, faça chuva ou faça sol, as portas do Banco do Estado estão ali abertas para operar e o que é importante aos juros mais módicos de toda a Rede Pública.

Eu tenho outras considerações a fazer, mas vou conceder o aparte ao Deputado Colombino Grassano, para que a gente possa prosseguir posteriormente.

O Sr. Colombino Grassano - Deputado Trevisan, que me concede esse aparte e conhece muito bem o Banco do Estado do Paraná, porque de lá saiu para ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa. É um homem bem intencionado, mas talvez não esteja bem informado.

Na última segunda-feira o Jornal Indústria e Comércio publicou uma análise dos dois anos do Senhor Governador Roberto Requião. E nesta análise um dos pontos importantes que se apresenta é o apoio do Banco do Estado do Paraná à agricultura, onde a aplicação não foi superior a 5%.

Num Estado em que era líder da produção agrícola do Paraná, do Brasil, nós participávamos com 25% da produção nacional e nesse Governo a nossa produção caiu e a produção nacional subiu, não vamos alegar intempéries, não vamos alegar fatores climáticos contrários a nossa produção, vamos alegar a falta de apoio então ao setor agrícola, setor agrícola este que está completamente desprotegido onde um trator custa mais que um apartamento de alto luxo e pelas informações e pela publicação do "Jornal Indústria e Comércio" que foi a fundo na análise do problema de investimento do Banco do Estado, chegou-se à conclusão que a sua aplicação não foi superior a 5%.

De modo que o Governo do Estado não é responsável por nenhum milagre na agricul-

tura paranaense, pelo contrário é responsável pelo decréscimo de produção onde a nossa produtividade caiu, a nossa produção em grãos diminuiu e fomos sobrepujados pelo Estado do Rio Grande do Sul que estava em decadência agrícola e voltou a participar decisivamente do mercado de produção de produtos agrícolas do País.

Eu queria que Vossa Excelência, como "expert" em assuntos de Banco, como ex-Diretor do Banco do Estado do Paraná, possa explicar à Assembléia Legislativa exatamente, e não precisa ser hoje, poderá trazer esses elementos nos próximos dias: de como um Banco que se diz um Banco rural participou com tão pouco na produção agrícola desse Estado em investimento, em produção porque os juros do Banco do Estado não são mais baixos que os juros da rede privada. E a alta lucratividade proporcionada pelo Banco do Estado fez com que ele se transformasse de um Banco oficial em um Banco eminentemente comercial com altos fins lucrativos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Deputado Colombino Grassano eu respondo ao seu aparte agora.

Mas antes quero dizer a Vossa Excelência que são apartes como este, da competência de um Deputado estudioso como Vossa Excelência - que lê, que acompanha os fatos do dia-a-dia da vida nacional - é que valorizam os parlamentos, é que possibilitam a todos nós debatermos as grandes questões do nosso Estado e as grandes questões nacionais.

Por isso passo a responder a Vossa Excelência ao seu brilhante aparte.

Vossa Excelência diz que eu sou um homem bem intencionado, mas talvez eu não seja bem informado. Eu gostaria de que me incluísse nas duas coisas: eu procuro ser bem intencionado e procuro também ser bem informado. Daí porque acho que já tenho condições, desde logo, de responder a Vossa Excelência. É importante esclarecer que a economia de um estado ou de um país, não depende só de um governo, a economia se faz com a participação do governo, dos empresários e dos trabalhadores.

Então a questão da produção agrícola, precisa, evidentemente, da efetiva participação dos empresários agrícolas para que tenham a vontade, a determinação de fazer o seu investimento. Porque quando nós vemos em economia os fatores da produção, recursos naturais, trabalho, capital e empresário, se faltar um desses fatores na produção a economia não anda. Não adianta termos os recursos naturais à nossa disposição, não adianta termos o capital à nossa disposição e muitas delas com sobra e sendo subutilizada em subemprego como denunciou o Deputado Turra...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Com a mudança de partido dentro da Assembleia, gostaríamos de saber qual é o tempo dado a cada Liderança, em função dessas alterações, para que possamos saber qual o tempo que ainda tem o Deputado Oswaldo Trevisan na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós concedemos ao Deputado 1 minuto para que ele concluisse a sua oratória, ele já consumiu 2 minutos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Concedo o Horário do Partido Liberal para discutirmos assuntos de agricultura.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então prosseguindo Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Por 6 minutos Vossa Excelência falará no Horário do PL diante do que estabeleceu o Deputado Colombino Grassano.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então nesse sentido meus caros Deputados, o Banco faz a parte dele. O Banco é o emprestador de um dos fatores de produção que é o capital. E nesse sentido também o Banco tem programas como "Panela Cheia" que foi uma inovação no sistema bancário deste Estado e onde se compra qualquer equipamento, em sacas de milho por exemplo, e como nós teremos agora nos próximos dias mais um programa da pecuária que será lançado e que vamos pagar o financiamento em arrobas de boi o Banco tem grandes recursos para emprestar.

Agora, resta o empresário ir lá buscar esse dinheiro para dinamizar os demais fatores da economia. Porque o que faz um empresário? O empresário é aquele que reúne e harmoniza os demais fatores da produção: recursos naturais, terra e trabalho. O empresário reúne esses fatores, harmoniza e, ele libera o processo de produção. Então, cabe ao empresário ir buscar esse dinheiro que está no Banco à sua disposição.

Agora, deixa eu dizer uma palavra também sobre o programa "Bom Emprego" que dá financiamento. E agora contesto também mais uma questão no aparte de Vossa Excelência.

Através do programa "Bom Emprego" o Banco do Estado dá empréstimo por um prazo de 5 anos, com carência de um ano, a juros de 6% ao ano. Veja que é o juro de Caderneta de Poupança.

Então, evidentemente, é um juro subsidiado que nós estamos oferecendo. E o "Bom Emprego" hoje não é só na agricultura, ele foi ampliado e está em todos os segmentos da economia.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência diz então que os financiamentos do Banco do Estado são da ordem de 6% ao ano e mais o quê, a TR?

O SR. OSWALDO TREVISAN - É uma atualização da moeda.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para a agricultura, para a indústria, para o comércio?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Para as pequenas e médias empresas.

E digo mais, estes financiamentos estão à disposição de todo empresário que quiser. E, digo mais ainda. Saio com Vossa Excelência daqui e vamos numa agência do Banco do Estado. Se ele não tiver recurso para o "bom emprego", eu incluo no meu discurso.

Proseguindo...

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência tem que considerar que Banco oficial leva vantagem sobre o Banco privado, porque ele tem todo recurso do ICMS à sua disposição. E nas jogadas de 3, 4, 5, uma semana de retenção destes recursos, se tem na aplicação financeira atual que é altíssima, uma alta rentabilidade que não é fruto da capacidade do diretor, mas do próprio mercado financeiro que está impondo regras, não ao Banco do Estado do Paraná, mas regras a todo sistema bancário do Brasil.

De modo que o Banco do Estado hoje não é um banco eminentemente rural. É um banco que faz captação de recursos e aplica no mercado financeiro. Se Vossa Excelência verificar, Vossa Excelência que foi diretor do Banco, verificar o balanço do Banco do Estado do ano passado, vai ver que as aplicações financeiras do Banco do Estado deram maior rendimento do que seus próprios investimentos.

Era o esclarecimento que eu tinha que dar a Vossa Excelência, porque eu acompanho o Banco do Estado e tenho obrigação como Parlamentar de acompanhar a economia paranaense e brasileira.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Exatamente, nobre Deputado, mas é um esclarecimento que eu também contesto.

O Sr. Cezar Silvestri - Só para complementar o que o Deputado Colombino falou.

Eu acredito que se nós falarmos em lucratividade dos bancos na conjuntura da nossa economia, é completamente irreal, porque todos os bancos, hoje, estão tendo alta lucratividade.

E o Senhor deve perceber que hoje o banco não procura mais o empresário para

investimento. Ele simplesmente tem um cliente todos os dias, que é o próprio Governo Federal, em função da sua dívida pública.

Então, o alto negócio hoje é pegar o dinheiro dos clientes nas aplicações e repassar ao Governo Federal uma sobretaxa. Então, a lucratividade hoje perdeu completamente, é desnecessário nós falarmos aqui que um banco teve alta lucratividade, porque é impossível um banco não ter lucratividade em sistema conjuntural, como está hoje o sistema econômico, principalmente o sistema bancário no Brasil.

O Sr. Colombino Grassano - Eu queria acrescentar a Vossa Excelência, que o Citybank, hoje, anunciava no Jornal Indústria e Comércio, um lucro de 648 bilhões em aplicações financeiras, um banco estrangeiro se beneficiando da dívida que o Governo tem e que é obrigado a socorrer no mercado financeiro para cumprir os seus compromissos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu agradeço também o aparte do Deputado Cezar Silvestri que me socorreu na resposta que eu preciso dar ao nobre Deputado Colombino Grassano.

Na verdade, nobre Deputado, há uma diferença entre o Banco do Estado e os Bancos privados, primeiro na política de mão-de-obra, os bancos privados fazem uma rotatividade de mão-de-obra todo dia, demitem funcionários e contratam outros a custo mais barato; o Banco do Estado não demite, o que existe é uma política de demissão voluntária, mas não há esta rotatividade, esta rotatividade de mão-de-obra que se vê nos bancos privados.

Agora, com respeito à aplicação financeira, eu quero dizer a Vossa Excelência que o lucro do Banco do Estado foi obtido em operações destinadas à produção. Eu tenho aqui o resumo do balanço. Veja Vossa Excelência, eu vou ler aqui, o banco captou treze bilhões e aplicou os treze bilhões, e desses treze bilhões captados, observe Vossa Excelência, está aqui, em papel aqui no balanço, dez bilhões e setecentos e oitenta e um milhões, o banco aplicou na produção.

Então, o Banco do Estado, meu nobre Deputado Colombino e meu nobre Deputado Cezar Silvestri, ele poderia tranquilamente sentar na cadeira lá e só comprar título do Tesouro Federal, que faz as maiores taxas de juro, e não aplicar na produção. Mas ele faz diferente, ele aplicou quase a totalidade dos seus recursos na produção, enquanto os outros bancos privados vão lá aplicar nos títulos do Tesouro Nacional e só fazem empréstimos, quando as negociações, os títulos do Tesouro Nacional não

estão...

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência há de convir que grande parte dos depósitos do Banco do Estado do Paraná são provenientes de receitas do Estado que ficam praticamente a custo zero para o Banco, que lhe dá uma rentabilidade alta.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Mas arrematando, meu caro Deputado Colombino, Vossa Excelência me diz, e colocou também aí no seu aparte, que um trator custa mais que um apartamento de luxo, mas que culpa tem o Banco do Estado nisso? O banco faz trator? Nós temos que reclamar isso com a indústria automobilística. O banco não tem culpa, é verdade...

O Sr. Colombino Grassano - Se houvesse financiamento a baixo custo pelo Banco do Estado do Paraná, o agricultor poderia adquirir um trator a um custo menor, pagando taxas menores. Se Vossa Excelência pleitear um financiamento, o Banco do Estado vai oferecer para um financiamento de um trator, o quê? Dez por cento de juros ao ano, mais a TR, quer dizer, dinheiro do FINAME que é transferido ao Banco do Estado do Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Não, mas esse dinheiro da "panela cheia" é dinheiro do próprio Banco. Para arrematar Senhor Presidente, quem faz o custo do trator é a indústria produtora do trator.

Deixo para um próximo pronunciamento a relação de preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais que eu trarei a esta Casa. Nobre Deputado, Vossa Excelência sabe que na medida em que o tempo vem passando vem caindo essa relação, nós compramos menos produtos industriais e damos mais produtos agrícolas. Finalizando Senhor Presidente, o Banco do Estado vem à sociedade paranaense mostrar o seu excelente resultado.

O SR. ALGACI TÚLIO - O BANESTADO agora tem banqueiro então.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Aliás acho que o Governador Requião é um grande banqueiro.

O SR. ALGACI TÚLIO - E o Estado está aí com problema de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Pedi a palavra ao Presidente para fazer um comentário rápido com relação aos fatos que ocorreram no

Município de Campo Bonito nesta madrugada aonde, segundo o Deputado Nereu e o próprio Deputado Duílio Genari, houve um confronto entre o proprietário da terra, Ovídio Beledeli e os invasores.

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente, de Terras e Cartografia, da Casa e também de Presidente de uma Comissão Suprapartidária que encerrou os trabalhos no ano passado, por dever de ofício, devo dizer o seguinte: quando firmamos aquele encontro entre as partes envolvidas, onde esta Casa serviu de intermediária entre os acampados invasores e o proprietário da terra, culminou depois de um trabalho muito longo, árduo e difícil, com um acordo firmado no Palácio Iguazu, na presença do nosso Governador Roberto Requião, com o compromisso de que o restante das terras de propriedade da madeireira Beledeli não seria mais ocupada e invadida em qualquer época.

Tomando conhecimento agora, através do Deputado Duílio, me parece que este acordo foi rompido.

Gostaria de convocar os componentes daquela comissão, uma Comissão Suprapartidária, para que logo após o encerramento desta sessão pudéssemos nos reunir em meu gabinete para inteirarmo-nos do assunto, tendo em vista de que as notícias que temos são as mais graves possíveis.

Desta forma, ficam convocados, os demais Parlamentares, o Deputado Duílio Genari, o Deputado Ernani Pudell, o Deputado Paulo Maia, o Deputado Edson Lino e, em substituição ao Deputado Dobrandino o Deputado Nereu Moura, e os demais Deputados que tenham interesse em se inteirar do problema e participar talvez a partir de amanhã, ou de hoje à tarde, de uma nova comissão, queiram comparecer em nosso gabinete numa sessão rápida, num encontro relâmpago, para que aquele acordo que foi firmado em nome do Parlamento do Estado do Paraná possa ser restabelecido o mais rápido possível. Porque se deixar, - segundo as informações que temos, no estado em que se encontra, outros incidentes haverão de ocorrer possivelmente durante a noite que se aproxima.

Eram estas as minhas colocações, as minhas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT.

(Declina)

PP.

(Declina)

PSDB.

(Declina)

PT.

(Declina)

PFL.

(Declina)

BPI.

(Declina)

PTB.

(Declina)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 004/93, dispõe que a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nas operações internas com óleo dissolvente é fixada em doze por cento (12%). SEM PARECERES. (Public. no D.A. nº 07 de 01.03.93).

Solicito ao Deputado Oswaldo Trevisan, Relator designado para a presente matéria, que proceda ao seu Parecer.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente e

Srs. Deputados.

Cumprindo determinação desta augusta Presidência para relatar, em Plenário, na Comissão Geral o Projeto de Lei que fixa em 12% a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e as operações internas com óleo diesel, nós examinando o projeto e encontrando sob os aspectos da juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa está em condições de ser apreciado por este Plenário e, em consequência, o nosso Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o Parecer.

Em votação o Parecer.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

Em discussão o Projeto 029/93.

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós acreditamos que seja necessário o Parecer da Comissão de Orçamentos também desta Casa, uma vez que vai mexer no que diz respeito à arrecadação do Estado o ICMS.

Fora isso, nós chamamos a atenção que a diminuição do ICMS e o óleo diesel, é lógico, que vem em menor escala, mas favorece também alguns carros de passeio, como é o caso das caminhonetes diesel - não dá para passar em branco sem chamar a atenção disso. A diminuição do diesel, portanto, vai diminuir também as despesas para o transportes. Nós cobramos e achamos que é importante que o Governo do Estado submeta a uma fiscalização para ver se haverá ou não redução do valor do frete e a redução da mercadoria no ponto de consumo para os trabalhadores e para os consumidores.

Nós entendemos que redução pura e simples do ICMS para ajudar os donos das transportadoras não é uma coisa decente e condizente com a nossa realidade.

Nós do PT votaremos favoráveis ao projeto, mas cobraremos do Governo que haja redução do frete e que haja a redução da mercadoria para o consumidor. Porque não adianta diminuir o ICMS do óleo diesel e permanecer idêntico o preço do consumo na mercadoria lá na ponta da linha.

Somos favoráveis, mas cobraremos do Governo este tipo de fiscalização.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quando o Sr. Secretário da Fazenda, honrado Heron Árzua, esteve nesta Casa pretendendo a ampliação da

alíquota do ICMS para o combustível, para a gasolina, para o álcool, em favorecendo a cesta básica onde reduzia o seu imposto e aumentava a alíquota para os combustíveis, nós sentimos a sensibilidade do Senhor Secretário da Fazenda e o próprio Governador do Estado declarou logo a seguir de que se não houvesse uma baixa no custo dos produtos da cesta básica, ele, o próprio Governador, provocaria a revogação dessa lei, voltando a alíquota dos combustíveis e aumentando a alíquota dos produtos da cesta básica.

Ocorre que os produtos da cesta básica não caíram porque não é da competência do Governo Estadual estabelecer preços mínimos. É da competência exclusiva do Governo Federal.

Neste instante em que o Governo do Estado diminui a alíquota do diesel, eu acho uma providência altamente interessante que vem atender a todos os segmentos da economia do Paraná, mas o Governo tem que estar atento.

Só voto contra, não o projeto, mas voto contra a maneira com que se instalou mais uma Comissão Geral na Assembleia Legislativa do Estado para que isto não passe a ser uso comum e para que não se perpetue nesta Casa este expediente.

Sei que V.Exa., em virtude da importância do projeto, admitiu esta providência, mas acredito que o espírito de respeito à Constituição que norteia a vida Parlamentar de V.Exa. não há de permitir que isto volte a ocorrer.

Sou favorável ao projeto na sua redução porque trará benefícios incomensuráveis à economia paranaense porque estamos sendo prejudicados por outros Estados que mantêm a mesma alíquota e desta forma inteligentemente, o Governo do Estado assim agiu.

Voto com o projeto, mas voto contra o sistema em que se está colocando a sua votação, em Comissão Geral, aqui no Plenário da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tenha certeza, Deputado Colombino, que esta será a prática que nós buscaremos atingir dentro dos próximos dias quando as Comissões estiverem devidamente instaladas.

Diante do que manifestou o Deputado Florisvaldo Fier e diante do que estabelece o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, solicito ao Deputado Lourenço Fregonese, ex-Presidente da Comissão de Finanças, que relate, em nome da Comissão de Finanças, o Projeto de Lei 029/93 que dispõe sobre alíquota de 12% para o óleo diesel no Estado do Paraná.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, da mesma forma do Relator Oswaldo Trevisan somos favoráveis ao projeto porque também achamos que este projeto beneficiará milhares de produtores do Estado do Paraná.

Quanto ao mérito não se discutirá porque é fabuloso o projeto e quanto a sua legalidade é totalmente legal e é um passo que o Governo do Estado está dando perante aos outros Estados da Nação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o Parecer da Comissão de Finanças, em Comissão Geral, evidentemente, Em votação.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registre o voto contrário da Bancada do PT porque a constitucionalidade foi feita pelo Relator Oswaldo Trevisan e quanto ao impacto negativo na economia não se chegou a conclusão nenhuma através do Relato uma vez que era feito pelo Orçamento.

O relato feito pelo nobre Deputado Lourenço Fregonese não diz respeito ao impacto que isto causará na economia e principalmente na questão de arrecadação do ICMS em nosso Estado que é o que cabe à Comissão de Orçamento.

Por não estar isto contemplado em seu relato, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Apenas para esclarecer mais uma vez ao Deputado Florisvaldo Fier, entendia que já havia prestado os esclarecimentos, mas o § 3º do Art. 33 diz:

"A Comissão de Finanças compete manifestar-se em todas as proposições, inclusive as de outras comissões que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, sobre atividades financeiras do Estado...."

E vai mais adiante.

Então a decisão da Mesa, solicitando o parecer em Comissão Geral da Comissão de Finanças, está dentro do que estabelece o Regimento.

Para encaminhar o Projeto, com a palavra, o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu acredito Senhor Presidente, que no encaminhamento do Projeto eu posso explicar ao Deputado Florisvaldo Fier como funciona o sistema do ICMS que estava acontecendo no Estado do Paraná.

Os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, baixaram sua alíquota para 12%. O Rio Grande do Sul, há mais de um ano e Santa Catarina, a partir de 2 de janeiro de 1993. O que acontecia? Santa Catarina se abastece de óleo diesel na Refi-

naria de Araucária.

Por isso a evasão de receita do Estado do Paraná era muito grande. Por que? Porque vários transportadores retalhistas, os famosos "trr" compravam óleo diesel no Paraná e descarregavam também no Paraná, tornando uma evasão de receita para o Estado muito maior do que a diminuição da alíquota de 17 para 12%. Todos os postos de gasolina que eu citei aqui, da região do Deputado Aníbal Khury, da região do Deputado Annibelli da região do Deputado Rossoni, do Deputado Swarowski que estavam sofrendo e partindo para a falência, porque a diferença do litro de óleo diesel de Porto União da Vitória era de quinhentos cruzeiros. Vejam bem. Então, o que acontecia? Um transportador do Paraná para levar a soja de Cascavel a Paranaguá, gastava um "x". O mesmo transportador de Santa Catarina, fazia o transporte para o Porto de São Francisco com "x".

O que acontece com isso? O Porto de Paranaguá, todas as nossas cooperativas, todos os nossos transportadores estavam sendo penalizados, porque estavam desviando mercadorias que seriam exportadas pelo Estado do Paraná, gerando receita no Paraná, para o Rio Grande do Sul, São Francisco, Itajaí. O que nós estamos fazendo é resguardar os interesses do Paraná, e estamos fazendo justiça social, estamos realmente fazendo uma coisa que há muito deveríamos fazer.

Veja bem, Deputado Florisvaldo Fier, eu acredito que com essa explicação, já dá para começar a entender alguma coisa com referência ao ICM, à perda que o Paraná teria. O Paraná não está tendo perda nenhuma, o Paraná começará a ganhar. Estava perdendo, estava perdendo sim, cobrando 17%, não 12% como agora. Nós nos parabenizamos com o Governo do Estado, acreditamos que foi uma luta conseguir baixar a alíquota, porque conseguir baixar alguma coisa neste país é milagre e nós estamos realmente esperando que essa lei seja votada imediatamente e que entre em vigor o mais rápido possível em prol da agricultura, do transporte e da economia do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem já nos manifestávamos favoráveis e enaltecíamos a decisão do governo do Estado quando da redução da alíquota do ICMS sobre o óleo diesel e queremos agora, em nome da Bancada do PDT que essa Casa também ao aprovar essa redução, transmita também ao Sindicato dos Postos e Comércio de Combustíveis que estejam voltados a uma preocupação bastante séria na questão da justiça social, que são as mais de 1.500 demissões de frentistas que estão sendo

ameaçados de demissão no Estado do Paraná. Nós nos scamos a essa iniciativa da redução dos impostos e queremos que a Assembléia Legislativa, ao aprovar essa mensagem, também registre uma posição unânime de que os postos de gasolina também farão uma revisão e uma suspensão imediata das demissões que estão sendo feitas a muitos frentistas, trazendo um problema social bastante sério. Acreditamos que os 5% da redução vai representar muito em termos dos lucros dos postos de gasolina.

Este é o apelo que faz neste momento a Banca do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em Votação.

Está aprovado o Projeto.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 028/93, de autoria do Tribunal de Justiça, Of. n° 72/93, que dá nova redação ao inciso III do Artigo 207, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências. **SEM PARECERES.**

PROJETO DE LEI N° 028/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O inciso III, do Artigo 207, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 207-

I -

II -

III - 146 (cento e quarenta e seis) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 102 (cento e dois) titulares de Varas;

b) 44 (quarenta e quatro) Juizes de Direito Substitutos;

IV -

V -

VI -

VII - "

Art. 2° - Ficam criados dez (10) cargos de Juiz de Direito Substituto.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo se destinam à Comarca de Curitiba.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.93.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

1. Existem atualmente trinta e quatro (34) cargos de Juiz de Direito Substituto, sendo vinte e cinco (25) em Curitiba e nove (9) cargos no interior (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu).

Dos vinte e cinco (25) Juizes de Direito Substitutos de Curitiba, quatro (4) exercem funções administrativas junto ao Tribunal de Justiça. Restam vinte e um (21) no exercício das funções jurisdicionais. Em média dois (2) se encontram de férias.

2. Em consequência, ficam somente dezoito (18) Juizes no exercício de substituição na Capital, sendo que dez (10) em média são absorvidos pelas convocações de Juiz de Direito (Titular) de Curitiba para os Tribunais de Justiça e Alçada.

Sobram nove (9) Juizes de Direito Substitutos em Curitiba para suprir licenças e férias de Juizes Titulares, bem como o auxílio imprescindível na Vara de Execuções Penais, que exige no mínimo dois (2) e nas Varas de Família que exige outros dois (2).

Dá a evidente falta de Juiz de Direito Substituto em Curitiba.

3 - É do interesse da nova direção do Egrégio Tribunal de Justiça dar atenção especial às quatro (4) Varas da Fazenda Pública, que apresentam números elevados de processo em andamento e onde tramitam ações de interesse do Estado do Paraná, do Município de Curitiba e do Banco do Estado do Paraná, dentre outros órgãos públicos, além das execuções fiscais do Estado e Município objetivando a cobrança de tributos em atraso. Nas Varas da Fazenda Pública da Capital, conforme levantamento realizado na última correição, tramitam em média 21.490 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa) processos por Vara. Por conseguinte, indispensável colocar mais quatro (4) Juizes de Direito Substitutos para auxiliar os titulares nas aludidas Varas e propiciar uma resposta do Judiciário mais rápida em tais feitos.

4 - Outrossim, é preocupação do Poder Judiciário equacionar o problema da Vara de Execuções Penais, que além de receber uma moderna e eficiente informatização, para agilização dos processos, referentes aos benefícios pleiteados pelos presos, deve manter no mínimo dois (2) Juizes de Direito Substitutos para auxiliar os dois (2) Juizes Titulares, o que com o atual quadro de Juizes é impossível. Evitando inclusive rebeliões de presos, que tãntam desgastam a imagem do Sistema Penitenciário do Estado e do Poder Judiciário Paranaense.

5 - A nova direção do Egrégio Tribunal de Justiça também acabou com as convoca-

ções de Juizes do interior do Estado para suprir as necessidades de Curitiba, com esta medida evita-se despesas com diárias e não prejudica os serviços de comarcas do interior, que reclamam de tais designações de seus Juizes para atender a Capital.

6 - Com a falta de Juizes em Curitiba, no mês de fevereiro, por exemplo, os Substitutos estão atendendo duas ou até três Varas, o que impede a realização de audiências. A parte aguarda seis meses para a realização da audiência e no dia designado não se realiza por falta de juiz. É um desrespeito com as partes. Inadmissível permanecer esta situação. Assim sendo, se torna indispensável a criação de mais cargos de Juiz de Direito Substituto em Curitiba. Medida que visa prestar uma justiça mais célere e eficaz.

072/93

Curitiba, 16 de fevereiro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tem por objetivo a alteração de dispositivo da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e a criação de mais 10 (dez) cargos de Juiz de Direito Substituto em Curitiba, solicitando a apreciação por essa augusta Casa, em caráter de urgência.

Aproveito a oportunidade, para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

Para que em Comissão Geral possa ser oferecido Parecer, designamos, mais uma vez, o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, cumprindo determinação desta Presidência, passamos a relatar em Comissão Geral o Projeto de Lei n° 028/93, que foi encaminhado a esta Casa pelo eminente Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, e com o qual ele pede a esta Casa a criação de mais 10 (dez) cargos de Juiz de Direito Substituto em Curitiba.

É verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não teríamos necessidade de entrarmos no mérito, mas é importante que se lembre que os trabalhos judiciais precisam apresentar ao povo do Paraná a prestação jurisdicional com mais rapidez, e, para isto, precisa de mais Magistrados.

Por isto, examinamos o Projeto sob o ponto de vista também da constitucionalidade, da jurisdição e da técnica legislativa, o nosso Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o Parecer. Em votação...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, é a primeira Mensagem do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Ronald Accioly, apreciado por esta Casa.

Sua Excelência é um jurista e merece o respeito, o acatamento de todos os Parlamentares desta Casa e a consideração de toda a Justiça deste Estado.

A despeito de conhecê-lo e de respeitá-lo, já existe nesta Casa uma mensagem do Poder Judiciário, encaminhando uma nova lei de organização judiciária, que não foi ainda objeto de apreciação por nenhuma Comissão, de modo que o acodamento na aprovação desta Mensagem não vem trazer nenhum benefício para a Justiça paranaense, para a magistratura paranaense.

Sou contrário, e mais uma vez reafirmo a V.Exa. a esta Comissão Geral, mas vou votar contra este Projeto, não porque representado no seio da Magistratura paranaense, mas porque acho que deve ser examinado com mais prudência, com mais cautela e com melhor estudo por parte, principalmente, da Comissão de Constituição e Justiça.

Não se trata de um Projeto em que se diminui a alíquota do ICMS sobre um produto, um artigo, um combustível que influencia diretamente a economia deste Estado. A demora na apreciação desta Mensagem por mais uma semana, por mais 10 dias até que se constitua a Comissão de Constituição e Justiça, não trará nenhum prejuízo para a Magistratura paranaense, pelo contrário, permitirá que os Srs. Deputados tomem conhecimento da Mensagem do Poder Judiciário e, analisando-a bem, possa cada um votar com liberdade e independência.

No caso dos combustíveis acho que a matéria é importantíssima, é urgente, até aceito que se proceda como V.Exa. determinou essa Comissão Geral, mas no caso do Poder Judiciário acredito que nós poderíamos aguardar por mais uma semana para que os membros da Comissão de Constituição e Justiça possam apreciar essa matéria porque em seguida irá ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa informa ao Deputado Colombino e aos demais integrantes do plenário que no dia 17.02.93 quando essa matéria chegou a Presidência, de pronto, nós determinamos que uma cópia da Mensagem fosse enviada a cada um dos Líderes Partidários desta Ca-

sa. Porquanto nós já estamos com mais de 10 dias ou dez dias com essa matéria já tramitando na Casa e sendo já do conhecimento das Lideranças partidárias que esperamos tenham levado ao conhecimento dos demais integrantes dos seus Partidos.

Em votação o parecer, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O nobre Deputado Colombino Grassano parece que alertou-nos que tramita nesta Casa um outro Projeto, também do Tribunal de Justiça, solicito informação desta Mesa se há a tramitação de algum outro Projeto semelhante ou igual e qual o teor desse Projeto, para saber se a gente vota.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Existe um outro Projeto que deu entrada alguns meses ou alguns dias, e que trata da organização judiciária do Paraná, um projeto bastante abrangente e que este sim será amplamente discutido a nível de Comissão de Constituição e Justiça e das demais comissões que forem necessárias. Em votação o Projeto. **Está APROVADO o Projeto.**

O SR. COLCMBINO GRASSANO - Com voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre o voto contrário do Deputado Colombino Grassano.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição nº 031/92, que aprova a Prestação de Contas do Governo do Paraná, exercício 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C..

Of GP N° 141/91

Curitiba, 24 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Através deste, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, expediente protocolado nesta Casa de Leis, sob nº 3233, de 15.04.91, referente ao Balanço Geral das Contas da Administração direta e indireta do Estado, relativo ao exercício de 1990, para parecer prévio desse egrégio Tribunal de Contas.

Na oportunidade, reiteramos os protestos de elevada consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente

Of ATG 0056/91

Curitiba, 15 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Nos termos do preceituado no artigo 87, inciso XI da Constituição do Estado do Paraná, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Geral das contas

da administração direta e indireta do Estado, relativas ao exercício de 1990.

Aproveito o ensejo para cumprimentar Vossa Excelência e os demais ilustres Membros dessa augusta Casa de Leis.

(a) ROBERTO REQUIÃO

OF N° 746/91

Curitiba, 22 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Em cumprimento às disposições constitucionais, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa, o protocolado sob nº 8169/91-TC, referente às contas do Governo do Estado do Paraná, exercício de 1990.

O Tribunal de Contas, em Sessão Plenária de 20 de junho corrente, através da Resolução nº 7.448/91-TC, aprovou o Parecer Prévio que, na sua conclusão, opinou pela aprovação das referidas contas governamentais, que são de responsabilidade de Sua Excelência o Doutor Álvaro Fernandes Dias.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões de alta estima e superior apreço.

(a) JOÃO CÂNDIDO F. DA CUNHA PEREIRA
Presidente

OF GP N° 142/91

Curitiba, 24 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Através deste, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, expediente protocolado nesta Casa de Leis, sob nº 3234, de 15.04.91, referente ao relatório "Execução Física do Orçamento-Programa de 1990", para parecer prévio desse egrégio Tribunal de Contas.

Na oportunidade, reiteramos os protestos de elevada consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente

OF ATG 060/91

Curitiba, 15 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Casa o relatório "Execução Física do Orçamento-Programa de 1990", que apresenta informações sobre as realizações físicas da Ação Governamental, comparadas, tanto quanto possível, com as metas previstas no Orçamento-Programa de 1990, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público.

Este documento busca a valorização do lado programático do documento orçamentário, visando ao seu constante aperfeiçoamento, e se constitui em relatório complementar àqueles referentes à dimensão financeira, que integram o Balanço Geral do Estado, encaminhados ao Poder Legislativo, conforme obrigatoriedade imposta pelo art. 87, inciso XI, da Constituição Estadual.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

(O Relatório de Prestação de Contas foi publicado em avulso).
Em discussão.

O SR. PAULO MAIA (Para Discutir) - Senhor Presidente.

(Assentimento)

Na tarde de ontem nós apresentamos a esta Casa, requerimento solicitando que fosse anexada à Ordem do Dia a prestação de contas do exercício de 1990 do ex-Governador Álvaro Dias. Foi-nos garantido e foi aprovado o nosso requerimento e foi-nos garantido que as Lideranças Partidárias receberiam ainda na tarde de ontem esse volume de documentos. E para nossa surpresa lamentavelmente, e fique aqui registrado, inclusive o nosso repúdio a essa atitude nós não recebemos essa Ordem do Dia em nosso Gabinete até as 14:25. Não sabemos o porquê, conversamos com outros Deputados e soubemos que nos seus gabinetes até o meio-dia a Ordem do Dia havia chegado. Por isso nós voltamos a sugerir a Mesa Executiva da Casa, voltamos a sugerir que procure publicar com antecipação a pauta dos projetos que entrarão posteriormente na Ordem do Dia. Conforme já havíamos nos manifestado na Sessão Ordinária - Plenária de ontem sobre o afogadilho da votação do Projeto de Resolução nº 16/92, sem que o processo fosse dado a conhecer aos Deputados ou mesmo as Lideranças dos Partidos com assento nesta Casa, somos obrigados a reiterar nosso protesto. Como já disse não houve possibilidade de uma análise apurada da matéria pelos Deputados e suas assessorias. E isso nós podemos dizer em termos da Bancada do nosso partido. Uma matéria que deu entrada no ano de 1992, tendo merecido análise da Comissão de Tomada de Contas há mais de 6 meses, poderia ser dada a conhecer aos Deputados há muito mais tempo, evitando a incorrência em verdadeiro desrespeito a atividade parlamentar.

Não estamos aqui para votar matéria que não conhecemos: aliás é dever não votar nas matérias que não conhecemos, por respeito à sociedade e à nossa própria honrabilidade, pois seria absolutamente leviano proferirmos um voto que precisa ser refletido e fundamentado num livre convencimento de sua correção.

Não podemos abdicar do dever constitucionalmente atribuído de fiscalizadores das contas públicas: votar esta matéria sem um conhecimento que permita um efetivo convencimento em descumprimento a este dever legal, pois não estaremos em verdade

fiscalizando nada.

As contas do Governo do Estado do ano de 1992, ou sejam, aquelas referentes ao Governador Álvaro Dias, não são matéria pacífica. Existem muitas questões ainda pendentes sobre gastos com publicidade e questionamentos de correção de aplicações. Não podemos referendá-las sem um conhecimento aprofundado da matéria.

Assim, votamos contrariamente à sua aprovação, considerando que tal posicionamento da bancada deve-se à conduta do encaminhamento da matéria nesta Casa e que não concedeu condições de uma apreciação consistente sobre a matéria.

Por isso fica aqui registrado a nossa preocupação, porque o nosso dever de fiscalizadores dos atos dos Poderes constituídos, não só do nosso, mas do Executivo em especial, não podem mais ser repetidos desta forma e não abrimos mão, em hipótese alguma. Não queremos colocar dúvidas como registramos ontem, mas temos o dever, temos a obrigação de tomar conhecimento de matéria de tanta importância quanto esta. Queremos assim, registrar e mais uma vez, lamentar a forma, e aqui falo em meu nome pessoal, de como hoje o nosso gabinete foi tratado por não receber até às 14 horas e 25 minutos, esta Ordem do Dia com os respectivos anexos conforme havíamos garantido, conforme havia sido aprovado, conforme constava de requerimento apresentado a esta Casa.

Por isso nós registramos o nosso voto contrário, não pela dúvida quanto às questões constantes dessa apreciação de contas, mas pelo fato e pelo desconhecimento e pela responsabilidade que devemos ter como fiscalizadores do Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Embora entendendo a manifestação do Deputado Paulo Maia, nós acreditamos que esta matéria chegou à Assembléia Legislativa no dia 15 de abril de 1991, tramitou pelas Comissões competentes e já no mês de setembro do ano passado foi oferecido parecer pela Comissão de Tomada de Contas, portanto este assunto por mais de um ano tramitou nesta Casa e há mais de 5 meses já teve a sua análise ocorrida na Comissão de Tomada de Contas.

Lembrar também que é nossa intenção ao lado do Deputado Anibal Khury e do Deputado Dirceu Manfrinato melhor estruturar e, quem sabe até devemos informatizar o nosso setor gráfico para que possamos rapidamente proceder às publicações que são determinadas pelo Plenário. São mais de 300 páginas que tiveram que ser trabalhadas até por volta de 1 hora da madrugada e hoje pela manhã toda. Então, o serviço foi fei-

to num prazo recorde dentro daquilo que possuímos ainda hoje no nosso setor gráfico.

Está em discussão a matéria.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem já manifestamos aqui a nossa opinião a respeito. Queremos endossar a preocupação do Deputado Paulo Maia e dizer que está na Mesa novamente um requerimento de nossa bancada solicitando à Mesa que cumpra o Regimento Interno, e que faça publicar os projetos com 3 dias de antecedência da discussão na Ordem do Dia.

Já fizemos isso no período legislativo passado e apresentamos à Mesa um requerimento com assinatura de mais de 20 Senhores Deputados solicitando o cumprimento do Regimento Interno no que diz respeito à publicação dos projetos 3 dias antes da votação. Novamente estamos apresentando à nova Mesa.

Im fazendo isso, Sr. Presidente, não teríamos discussões e não teríamos problemas com o que está ocorrendo hoje se os projetos tivessem sido publicados conforme determina o Regimento Interno.

Queremos reiterar e ao mesmo tempo que a Mesa acate o nosso requerimento e fazer com que os Deputados tenham acesso com antecedência possível a todos os projetos que estão na Ordem do Dia e com isso possamos com 3 ou 4 dias de antecedência analisar os projetos que entram na Ordem do Dia.

É impraticável e impossível como ontem encaminhou alguns Senhores Deputados defendendo a aprovação do projeto.

Nós não estamos questionando a aprovação do projeto. Vamos votar novamente contrário porque entendemos que não tivemos acesso às informações e análise, porque esta Ordem do Dia com as publicações me chegou por volta do meio-dia no meu gabinete, e foi impossível analisar o projeto.

Então, queremos reiterar no pedido e acreditar que a Mesa o faça publicar os projetos com a pauta o que regulamenta no Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante

da manifestação feita pelo Deputado Ovídio Constantino, e entendendo a relevância da matéria que está sendo apreciada, nós encerramos a discussão do projeto no dia de hoje e determinamos que retorne para votação na Ordem do Dia da próxima terça-feira, considerando, portanto, a publicação do dia de hoje como uma publicação na pauta amanhã e na próxima segunda-feira.

Pedimos a compreensão dos Senhores Deputados, dada a relevância da matéria e

determinamos à assessoria da Mesa que retorne o projeto já na fase de votação na Ordem do Dia da próxima terça-feira para que os Senhores Deputados possam analisar o projeto em discussão no dia de hoje.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, nós agradecemos a compreensão de Vossa Excelência, e, ao mesmo tempo entendemos que essa prática será feita daqui para frente a todos os projetos constantes da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a Ordem do Dia no que diz respeito aos projetos.

Passaremos agora aos requerimentos.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Quero ter

o prazer de comunicar a Vossa Excelência que estamos encaminhando neste momento a indicação do nome dos Deputados da Bancada do PMDB para comporem as comissões permanentes desta Casa para esta Legislatura, já está sendo encaminhado pela nossa assessoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicitamos que faça chegar à Mesa a indicação.

Sobre a mesa, Requerimento n° 157, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu pediria

a Vossa Excelência que determinasse, é uma pequena alteração na Comissão de Finanças após entendimento dos companheiros da Bancada, apenas invertendo as posições. O Deputado Namir passa à suplência e o Deputado Zuk passa a ser o titular da Comissão de Finanças.

Uma outra correção que nós pedimos a gentileza de que seja procedida é na Comissão de Agricultura, também invertendo ali as posições. O Deputado Namir passa a titular e o Deputado Zuk passa à suplência.

Agradeço a correção.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Existe

sobre a mesa uma questão de ordem da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito às indicações para as comissões. Nós fazemos essa questão de ordem por escrito, porque solicitamos à Mesa que também nos dê a resposta por escrito.

E em função desta questão de ordem que ora levanto, baseado no artigo 13 do Regimento Interno é que solicito a Vossa Excelência que os requerimentos das demais

bancadas indicando os membros das comissões seja suspensa até a Mesa Executiva desta Casa responder a esta Bancada, por escrito, como interpreta o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 142, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas uma informação da solicitação do Deputado Paulo Maia, a retirada do Projeto 016/92, Vossa Excelência poderia me informar por quantas sessões foi solicitado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência diante daquilo que determina o Regimento Interno quanto à publicação na pauta da Ordem do Dia dos projetos de lei, salvo entendimento diferente do Plenário, houve por bem determinar a publicação desse projeto por três sessões plenárias, hoje, quarta-feira, amanhã, quinta-feira e segunda-feira, e o Projeto retornará à Ordem do Dia na próxima terça-feira, já na fase de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Isso foi uma determinação da Mesa, ou foi a solicitação do Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi atendendo a solicitação do Deputado Ovídio Constantino.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu solicito de Vossa Excelência, se possível, a votação em plenário amanhã, uma vez que não foi colocada em votação a decisão e a solicitação do Deputado Paulo Maia. Eu consulto Vossa Excelência se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O artigo 94 do Regimento Interno diz o seguinte:

"Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1° - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante três sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia".

Se Vossa Excelência entender que a decisão da Mesa não é a mais acertada, o § 1° lhe dá condições para apresentar um requerimento e, se o Plenário decidir dife-

rente da Presidência, incluiremos o projeto na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Já estou encaminhando à Mesa, a Vossa Excelência, um requerimento solicitando a inclusão na pauta de amanhã.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer ao Deputado Dirceu Manfrinato que não é solicitação nossa. A posição da bancada já foi colocada a público e não estamos fazendo nenhuma solicitação para que ele tenha a votação suspensa. Não é da nossa responsabilidade o requerimento da suspensão.

Nossa posição está registrada.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Dirceu Manfrinato.

Na discussão do projeto que me parece que Vossa Excelência não estava em plenário, solicitamos e encaminhamos contrariamente, declaramos o voto contrário da bancada do PT porque o projeto estava na Ordem do Dia de hoje. Foi a primeira vez publicado, a pedido de um requerimento ontem do Deputado Paulo Maia e apresentamos também à Mesa um requerimento solicitando da Mesa, da nova Mesa, da qual Vossa Excelência faz parte, o cumprimento do Regimento Interno, o qual exige a publicação de todos os projetos, não só deste, três dias em pauta na Ordem do Dia.

Fizemos este pedido ao Senhor Presidente e encaminhamos contrário, pelo fato do projeto não estar sendo publicado conforme determina o Regimento, resolvemos votar contrário.

O Senhor Presidente, no nosso entendimento, acertadamente, por decisão da Mesa, e entendemos correta, e acredito que Vossa Excelência também concorda, porque faz parte da Mesa, e a Mesa deverá cumprir o Regimento Interno, o Senhor Presidente entendeu que o projeto deveria considerar-se hoje publicado no primeiro dia e por mais dois dias cumprindo o Regimento. Esta é a determinação da Mesa, que entendemos correta, elogiável, para que os Deputados pudessem analisar. Talvez, após a análise, ou o tempo da análise, possamos votar a favor do projeto.

O que encaminhamos não foi a discussão ao questionamento do projeto, foi a forma que a Mesa encaminhou, publicando apenas hoje, chegando ao meio-dia a comunicação do projeto, não dando acesso à informação, à análise do projeto.

Este foi o nosso entendimento. Penso que a Mesa deliberou acertadamente, e que Vossa Excelência concordará com a Mesa, porque faz parte dela, de fazer com que todos os projetos sejam publicados três

dias antes para que possamos ter acesso a qualquer projeto, todos os dias na publicação da pauta.

O SR. NEIVO BERALDIN (*Questão de Ordem*) - Senhor Presidente, os projetos votados na Ordem do Dia de hoje, todos continham seus devidos pareceres?

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Todos receberam pareceres da Comissão Geral aprovados na sessão de ontem e foram os pareceres devidamente discutidos e aprovados por este Plenário.

O SR. NEIVO BERALDIN - Na sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Exatamente, conforme decisão do Plenário no dia de ontem, quando aprovou a Comissão Geral.

O SR. NEIVO BERALDIN - Inclusive o 028/93?

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Especialmente o 028/93 e especialmente o 029/93.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (*Pela Ordem*) - Concorro com o Deputado Ovídio Constantino quando achou louvável a decisão de Vossa Excelência solicitando a retirada pelo Deputado Paulo Maia. O mais louvável ainda, quero dizer a Vossa Excelência, será a apreciação do nosso requerimento que está sendo encaminhado, para que o Plenário decida, uma vez que o Plenário é soberano. Ele solicita a inclusão do projeto na Ordem do Dia de amanhã.

Com relação ao reconhecimento do Deputado Ovídio Constantino, fazendo parte da Mesa Executiva isto nos honra muito, mas não foi com o voto de Vossa Excelência. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente. (*Assentimento*)

Senhor Presidente, nós queremos também, em nome da Bancada do PDT, reconhecer a atitude democrática de Vossa Excelência quando reconheceu alguns problemas na tramitação deste projeto de lei.

O que nos estranha é que a Bancada do recém-formado Partido PP tenha se acordado somente quando Vossa Excelência tinha já proferido a decisão da Mesa, estabelecendo, conseqüentemente a retirada do processo. Nós queremos dizer a Vossa Excelência e fazer até um apelo ao Nobre Deputado Dirceu Manfrinato para que não coloque à Mesa este requerimento para que o projeto seja votado hoje porque corre o risco de haver esvaziamento do Plenário em solidariedade à Presidência que, democraticamente, reconhecendo as irregularidades da

tramitação do projeto, entendeu os apelos das Bancadas do PDT e do PT.

Por esta razão, Deputado Dirceu Manfrinato, sem qualquer questionamento político partidário, apenas nós não podemos, neste momento, enfraquecer, de forma alguma, a atitude tomada pelo Presidente Orlando Pessuti.

Por esta razão nós esvaziaremos o Plenário em solidariedade a Vossa Excelência se este requerimento vier à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (*Orlando Pessuti*) - Deputado Algaci Túlio, nós entendemos as ponderações de Vossa Excelência, mas entendemos mais, que não existem irregularidades na tramitação do projeto, tendo em vista que a publicação na Pauta da Ordem do Dia dos projetos de Lei foi, de certa forma, dispensada por este Plenário quando em outras oportunidades se requereu a publicação de todas as matérias. Então, este Plenário, anteriormente, se manifestou acerca deste assunto, dando à Mesa condições para incluir na Ordem do Dia, independente da publicação na pauta, embora seja uma recomendação do Regimento, mas houve uma decisão maior deste Plenário em outras oportunidades.

Por esta razão, eu entendo que não existiu, como não existe, nenhuma irregularidade na tramitação deste projeto. Houve por bem a Mesa, revendo uma manifestação do Plenário, e isto está respaldado no Regimento, conceder mais dois dias de prazo, permanecendo publicado na Ordem do Dia este projeto para que os Senhores Deputados pudessem, dele, melhor conhecimento possuir.

Mas entendemos que não há nenhuma irregularidade na tramitação do projeto, como também não haverá nenhuma irregularidade em retornarmos o projeto à Ordem do Dia de hoje ou de amanhã se este Plenário deliberar a respeito e determinar que o projeto seja votado, afinal de contas o Plenário é soberano, inclusive sobre as decisões que a Mesa adotar.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela ordem, Senhor Presidente. (*Assentimento*)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós, no dia da eleição nesta Casa, anunciamos de público o nosso voto contrário à Mesa que estava sendo proposta em eleição e enumeramos as razões. Portanto, não é novidade, e o Deputado Dirceu Manfrinato não tem necessidade de publicar nesta Casa, no dia da votação nós dissemos publicamente que a Bancada do PT votou contrário à eleição da Mesa.

Eu quero dizer ainda que a Mesa, independente da forma como foi eleita, não pode desrespeitar o Regimento Interno. Nós entendemos que houve desrespeito ao Regi-

mento Interno, sim, porque os projetos deverão ser publicados com três dias de antecedência. E para nós o Regimento é válido e deve ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Este não foi entendimento do Plenário em outras oportunidades.

Requerimento n° 145, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 163, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 162, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 140, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 141, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 143, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 146 e 147, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do Expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 148, 149 e 150, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do Expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 151, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do Expediente. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A iniciativa nossa, pessoal, em relação a este requerimento, prende-se ao fato de uma manifestação do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, pelo Ofício Circular 61/92, de 11 de dezembro de 92, solicitando o apoio e o empenho aos serviços prestados ao Paraná que vem sendo prejudicados pelo Ministério da Saúde. E anexo a este Ofício Circular de Sua Excelência o Senhor Secretário da Saúde, nós vemos ali um arazoado de razões que fazem com que tenhamos que nos manifestar porque, neste momento, está em jogo a saúde pública do Estado do Paraná e aqui não se faz oposição por oposição quando tem que se defender os interesses do Paraná e a nossa Bancada tem se posicionado desta forma e acreditamos até que merece requerimento neste sentido não só do Deputado que vos fala, não só do

PDT, mas de toda a classe.

Está se pedindo para o Secretário uma solidariedade, um apoio neste momento difícil pelo qual passa a saúde pública num processo de discriminação pelo Ministério da Saúde.

Por isso nós temos certeza que devemos lutar com todas as garras e num movimento suprapartidário para dar apoio a estas manifestações quando o Secretário de Estado vê os interesses do Paraná atingidos pela esfera estadual.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

Aprovado o requerimento.

Requerimento n° 160, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do Expediente. **Deferido na forma de apelo do Senhor Deputado Autor.**

Nós recebemos este requerimento, não colocaremos em votação e o encaminharemos em forma de apelo do Deputado Carlos Simões, tendo em vista tratar-se de poder pertencente a esfera federal.

Requerimento n° 158, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do Expediente. **À Coordenadoria de Serviços Especiais para informar se há disponibilidade dessa data.**

Informamos ao Deputado que a data está liberada. Em discussão. **Aprovado**

Requerimento n° 164, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse com apoio do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do Expediente.

Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Ano passado o Centro de Altos Estudos Estratégicos da Universidade de Havana, dirigindo-se à Presidência do Poder Legislativo do Estado, convidava o Poder Legislativo do Paraná para fazer-se presente na República de Cuba em uma série de reuniões de trabalhos com Ministros de Estado, dirigentes universitários e setores representativos da Universidade cubana.

Ano passado ainda, por proposição nossa, esta Assembléia aprovou em plenário comissão parlamentar com a finalidade de ampliar os horizontes de intercâmbio político-cultural e comercial com a república cubana.

A aprovação, à época, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se dava sem ônus para o Poder Legislativo.

Incumbido de organizar a Comissão Parlamentar, enfrentamos dificuldades para compô-la, na medida em que os dispêndios montam hoje a ordem de 25 milhões de cruzeiros por pessoa.

Após consulta ao 1° Secretário e tam-

bém à Presidência, resolvemos por bem, para podermos compor a Comissão Parlamentar, sugerir que as despesas fossem ressarcidas pela Assembléia Legislativa, até porque a Comissão Parlamentar estará integrada por outros 27 paranaenses: empresários, professores universitários, dirigentes de órgãos do Governo do Estado para se dirigirem a Cuba agora no próximo dia 5.

Após o pronunciamento que fiz da tribuna da Assembléia, relativamente sobre a questão do Transporte Coletivo, o Deputado Erondy Silvério entendeu deveria promover uma revisão da decisão que ainda ontem tomávamos. E obteve uma maioria de assinaturas, na ordem de 28 assinaturas.

Muito bem, diante disso, ao lado dos Deputados Ernani e Cleiton, que conosco integrariam esta Comissão parlamentar, nos rendemos não ao voto, porque fôssemos debater aqui no Poder Legislativo, e tenho certeza de que uma maioria com clareza política não teria decisões tomadas ano passado e também a decisão tomada no dia de ontem. A hipocrisia se faz revelar quando, por exemplo, Sarney liderava comitiva para a comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que se dispndia nesta viagem recursos vultosos na ordem de 1 milhão de dólares. Os principais jornais do País, as televisões, pediam o impedimento do então Presidente Sarney pelos dispêndios com aquela viagem. Nada mais justo!

No entanto, no mesmo período de Governo Sarney, 58 bilhões de dólares foram remetidos ao exterior a títulos de amortizações e juros da dívida externa brasileira sem que nada se dissesse sobre isto. Mas sobre o milhão de dólares era preciso falar. Quando aqui eu falava dos crimes praticados no setor de Transporte Coletivo, nada se disse, nenhum aparte. Mas quando se trata de 3 mil dólares para a viagem à República Socialista Cubana, um dos últimos redutos de referência da experiência socialista do mundo, levanta-se a questão.

Eu já me pus junto aos setores representativos que vão a Cuba, o dever, e em nome do Parlamento quero continuar tendo esta deferência, esta autorização do Parlamento paranaense para integrar a comitiva paranaense à República Socialista de Cuba.

Irei só. Mas tenho a certeza, vamos lá levar a palavra do Paraná, das experiências que aqui se fazem, que aqui se processam. Vamos lá abrir alternativas de comércio e de intercâmbio de tecnologia, porque o bloqueio que os Estados Unidos fazem à República Socialista de Cuba tem um sentido. Se destruírem o bloco soviético, pretendem hoje também liquidar a possibilidade da construção de um mundo novo, de uma nova perspectiva de sociedade, de

uma sociedade de um novo tipo. Por isto querem liquidar a República Cubana. E eu tenho certeza de que a consciência esclarecida e progressista do nosso povo, do povo latino-americano tem a clareza do que está em jogo na América.

É por isto que em nome dos que aqui me trouxeram, dos mais de 12 mil paranaenses e com o deferimento e a autorização especial do Poder Legislativo, representando também o meu Partido, irei às custas próprias, mas para fazer o esforço e a diligência em favor dos altos interesses do Estado do Paraná.

Foi assim que recentemente o Governador Roberto Requião se manifestou no interesse de compor uma comissão de empresários, de intelectuais que pudessem proceder essa viagem, nós vamos voar como pioneiros outros antes de nós já estiveram, outros após nós lá estarão e nós vamos montar uma malha de solidariedade a Democracia e ao Socialismo no mundo, porque se alguns pensam que a queda do Bloco Soviético, a derrota dos seus equívocos significou o fim do socialismo no mundo enganam-se.

Tenho certeza que as propostas construídas, pensadas e elaboradas pelo velho Karl Marx e hoje incorporadas ao cotidiano e a cultura ocidental e oriental, porque na nossa linguagem, nas nossas práticas, os nossos procedimentos queiramos ou não incorporaram conceitos na ordem econômica, na órbita social e cultural que são conceitos eminentemente marxistas. E quando o velho Fidel se recusou fazer o jogo sujo do canalha Gorbatchov que na União Soviética propunha Democracia para se render aos interesses do imperialismo Norte Americano, Fidel Castro disse "Não".

É assim que no seu distrito eleitoral, ainda na semana passada 99% dos votos válidos na eleição distrital o conduziram à Câmara popular de Cuba para continuar dirigindo por mais cinco anos os destinos daquele País. Há campanha de difamação, há desmoralização, me dava o relato de que lá falta tudo, falta caneta, falta fósforo, falta lápis, falta sabonete, lá falta tudo, falta bateria para os veículos, tudo em função do bloqueio econômico.

É em função disso, que eu entendo Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é preciso que nós nos integremos a esta Comissão, requeiro e é nesses termos que o Requerimento se dá que é a parte relativa ao ressarcimento seja retirada e que se mantenha a autorização legislativa para a nossa viagem ao exterior, a nossa viagem à Cuba Socialista, para que os povos da América Latina continuem tendo uma referência e para que também o nosso País no campo da Democracia popular, porque nós não queremos a democracia burguesa que al-

guns tem direito a tudo e outros não tem direito a nada. A democracia que advogamos é a democracia popular e eu tenho certeza que também a República do Brasil será capaz de construir uma Democracia popular e daí a nossa presença se revestir de um conteúdo político que demarca uma posição desse Parlamento e desse Partido.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente, em primeiro lugar quero me congratular com o nobre Deputado autor do Requerimento, porque seria um fato inédito nesse Poder Legislativo o custeio de viagens ao exterior. Fato inédito, eu quero me congratular inicialmente.

Em segundo lugar, eu quero dizer que ele foi extremamente infeliz ao tentar misturar transporte coletivo com o requerimento que eu subscrevi para que fosse arquivado o requerimento em que a Assembléia Legislativa se comprometia a custear as despesas dessa Comitativa. Não tenho nada contra o regime Cubano, não tenho nada contra o Comunismo. Só sei que se o Regime Cubano fosse bom o povo não estava fugindo de Cuba. Cuba não tem nada, como bem disse o Deputado Turra, não tem nada, porque não tem Democracia, porque não há produção.

O povo é um povo cabisbaixo, é um povo oprimido, mas eu não quero entrar no mérito ideológico do Requerimento. Eu só quero dizer ao nobre Deputado Turra, que em toda a minha vida Legislativa incluindo a passagem pela Câmara Municipal de Curitiba eu jamais misturei Transporte Coletivo com atuação Legislativa.

Os Anais da Casa estão aí para comprovar quando o nobre Deputado Turra se referiu as planilhas do Transporte Coletivo ou custo do Transporte Coletivo, enfim, o discurso que ele fez é bem fundamentado. Ele não recebeu aparte, não recebeu nada de minha parte porque eu acho que cada Deputado aqui tem o direito de expor as suas idéias e defendê-las da maneira que melhor lhe aprouver. Esse é um direito que concede a democracia aos cidadãos do mundo e nós vivemos, graças a Deus, num regime democrático. Lá onde ele diz que é o "paraíso" sonhado pelos socialistas, ele não poderia falar o que ele fala aqui porque já tinha sido fuzilado. Essa é a realidade. Eu nunca misturei transporte coletivo com atuação parlamentar e não é porque não há razão, hoje as empresas de transporte coletivo em Curitiba são meras operadoras do sistema. Quem confecciona planilha, quem determina custos, quem concede ou não tarifas é o Poder Executivo Municipal, as empresas recebem por Km rodado.

Tanto faz se a tarifa da Prefeitura

seja alta ou seja baixa elas devem receber por Km rodado. Isso foi implantado no Governo do PMDB do então Prefeito Roberto Requião, que eu acho que a médio e a longo prazo é um grande plano.

Lamentavelmente não foi dada continuidade à aquisição da frota pública porque o que onera o transporte coletivo é a remuneração do capital e a depreciação, e se a frota fosse pública não pesaria e não constaria nas planilhas de custo.

Então eu acho que a idéia do então Prefeito Roberto Requião foi excelente, apenas ela não teve continuidade pelo Prefeito que o sucedeu, abandonou a idéia da aquisição da frota pública, porque a idéia do Roberto Requião só funcionaria com frota pública. Do contrário é o que se vê hoje aí: é a Prefeitura, é o povo obrigado a pagar a remuneração do investimento que fazem os empresários. E nós vivemos num regime capitalista, ninguém investe dinheiro sem a devida remuneração.

Eu nunca fiz essa defesa, não farei, isso não compete a mim fazer, compete ao prefeito da cidade fazer a defesa do seu sistema de transporte coletivo. Ele já determinou, fiquei sabendo, duas auditorias: uma junto às empresas para verificar a realidade dos custos e outra junto à URBS para verificar a realidade da planilha tarifária.

Corre na Câmara Municipal uma CPI que irá apurar denúncias com relação a possíveis irregularidades na planilha tarifária.

Então eu acho que foi extremamente infeliz o nobre Deputado Turra, ao tentar vincular um requerimento que não é nosso, eu apenas assinei, não sou o autor do requerimento, mas desde o início da Sessão eu já havia protestado junto ao Presidente da Casa e invoco o testemunho do Presidente da Casa, havia protestado quanto ao fato de se abrir um precedente inédito nesta Casa, portanto muito antes do pronunciamento de Vossa Excelência.

Eu não misturo negócio com atuação parlamentar, nunca fiz isso na minha vida pública.

Eu acho que quem quer visitar Cuba, quem quer visitar qualquer país do exterior pode ir, pode representar a Casa, mas às próprias custas, jamais às custas do erário público.

É essa a minha opinião e tenho muita moral para falar isso, porque nos vinte e tantos anos que estou nesta Casa eu jamais fiz uma viagem, inclusive dentro do País, às custas dos cofres da Assembléia Legislativa do Estado.

Portanto, tenho muita moral para usar o microfone neste instante e fazer a defesa de um requerimento que eu subscrevi e que não é de minha autoria.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Eu não quero entrar no mérito da discussão biológica sobre a questão da visita, porque infelizmente no Brasil, fogem muitos brasileiros que são mal recebidos em Portugal, são mal recebidos nos países ditos de Primeiro Mundo.

Ei acho que o sofrimento, é do Terceiro Mundo e da América Latina.

Nós do PT também advogamos o socialismo. Temos divergência com relação à forma de governo que existe hoje em Cuba. Nós acreditamos com firmeza que o socialismo está intimamente ligado a outra face do sistema democrático. Quer dizer, não pode haver socialismo sem democracia.

Agora, objetivamente existe hoje a nível dos Estados Unidos da América, um bloqueio econômico sobre Cuba, injustificável. E hoje esse bloqueio atinge não os dirigentes cubanos e sim o povo cubano. Se obriga um povo a passar fome, necessidade, porque os interesses estratégicos, ideológicos dos americanos não pode permitir que uma pequena ilha fincada no quintal dos americanos demonstre na prática um nível, uma qualidade de vida melhor que a sua vizinha Guatemala, Nicarágua e assim por diante.

Fogem do Haiti, um sistema ditatorial de extrema direita apoiado pelos americanos, que na semana passada morreram oitocentas pessoas afogadas, num barco, quando fugiam para Miami, que nem sequer depois podem entrar naquele País, nos Estados Unidos.

Então, nós não podemos, eu quero dizer o seguinte: Eu acho que essa Assembléia tem que honrar aquilo que faz e a Assembléia tem que ter coerência.

Eu somente aceitei integrar essa delegação e não estive presente no momento da votação do requerimento, depois de me certificar juntamente com o Deputado Costenaro, Deputado Bona Turra, que estavam presentes, de que esta viagem tinha um objetivo de trabalho.

Nós recebemos o convite da Assembléia Legislativa para ir à Cuba. Teríamos audiência com representantes do Poder Legislativo de Cuba, representantes dos vários segmentos da sociedade cubana, Ministro da Educação, Ministro da Saúde e talvez até o próprio Presidente Fidel Castro, a quem eu gostaria de dizer, se tivesse a oportunidade, de que nós desejaríamos que Cuba fosse, além de socialista, um país democrático.

Eu percebo que no momento que o Poder Legislativo do Paraná aceitou o convite oficial do Governo cubano, eu não vejo imoralidade alguma de que a Assembléia vá pagar as despesas daqueles que destacou para representar o Paraná.

Eu, infelizmente, não tenho empresa de

Curitiba, quarta, em 03.03.93

ônibus, não sou capitalista, não tive essa dádiva do destino para amealhar fortunas.

Aliás, eu acho o seguinte Senhor Presidente e Senhores Deputados. Se eu fosse à Cuba passear nas praias, fazendo turismo, acredito que o Poder Legislativo não teria que custear as despesas. Seria uma imoralidade. Mas eu vou a trabalho. Não como empresários que vão lá para fazer negócios no ramo da construção civil, no ramo da indústria do açúcar e do álcool; vão fazer convênios, contratos. É justo que eles paguem.

Agora, nós estamos indo representando o Poder Legislativo. E essa diferença é básica Deputado Erondy Silvério. Se eu tomasse a iniciativa amanhã de visitar Portugal, os Estados Unidos, sem convite oficial, sem caráter devidamente justificado do ponto de vista do interesse público. Eu entendo que deve aquele que teve essa iniciativa, custear as despesas. Agora eu me sinto convocado pelo Poder Legislativo do Paraná para ir cumprir uma extensa agenda de contatos políticos com autoridades cubanas, fruto de um convite formal. E eu acredito até uma deferência pela presença do embaixador cubano que veio visitar e prestigiar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que vem aqui solicitar intercâmbio e aprofundamento dos laços comerciais. O próprio Governo do Estado está procurando as áreas de interesse econômico, da área de interesse empresarial, para que nós possamos entrar no mercado cubano, furar este bloqueio, que é imoral, é um bloqueio desumano contra o povo!

Esta é uma questão de fundo. Infelizmente, transformar isso numa questão de falso moralismo é uma coisa que nos choca. A Assembléia Legislativa do Paraná, está aqui um exemplo, nobre Deputado Erondy Silvério, nunca vi Vossa Excelência protestar contra o nosso painel eletrônico, que não funciona. Agora, o Poder Legislativo dispende um recurso para fazer uma viagem oficial de interesse do Estado paranaense, do maior interesse político, de solidariedade não ao regime cubano, mas ao povo latino americano que mora na Ilha de Cuba. Nós não temos recursos para isso. Não podemos. Quanta hipocrisia! Quantos recursos que esta casa tem, de mordomias, de vantagens, que até do ponto de vista ético, moral, são contestáveis, e não se levantam vozes moralizadoras!

Então, é evidente, e o que é mais grave, Senhor Presidente, eu me considero, hoje, profundamente deprimido pela postura daqueles que assinaram este documento, solicitando uma revogação de uma autorização e de algo que foi dado.

Eu quero informar Vossa Excelência que as passagens, as despesas, foram custeadas. E não sendo ressarcidas, serão arca-

das, e este Deputado terá dificuldades. Agora, eu fiz e aceitei o convite, porque teria condições de ir, com as despesas pagas. Não do meu próprio bolso. Porque infelizmente as minhas posses não me permitem dispendir este recurso para uma viagem desta natureza. Fiz isso porque confiei que o Poder Legislativo do Estado do Paraná honrasse com sua palavra, sua decisão.

Se aprovou um requerimento do qual eu nem participei, de uma Comissão que eu fui convocado para participar, pela Assembléia, dentro de uma regra já estabelecida e definida por este Poder, de que o interesse público determinava e concordava, este Poder, com o custeio das despesas, pela natureza da viagem, pelo trabalho que nós iríamos desenvolver, como eu vou agora, Senhor Presidente, como vou eu agora tapar o rombo na minha conta corrente no nosso Banco do Estado do Paraná?

Quer dizer, também não dá mais para confiar em decisão nenhuma desta Casa, daqui para frente. Nós corremos o risco, hoje, de aprovarmos uma matéria e amanhã assumirmos compromissos, criarmos comissões para implantar uma determinada decisão que foi tomada pela Casa, e no dia seguinte se revoga e as pessoas ficam como verdadeiros palhaços!

Eu estou me sentindo humilhado, Deputado Erondy Silvério, como Deputado. Porque inclusive, quero até dizer a Vossa Excelência: não estava muito animado para esta viagem. O Deputado Doutor Rosinha, que veio de lá, nos fez o relato. Se fosse uma viagem para conhecer, nem iria, porque temos informações. Mas, como era uma viagem política, de negócio, de interesse do Estado, de contato com autoridades, de trabalho, uma extensa agenda de trabalho, nós entendemos que seria interessante respaldar esta Comissão e levar a solidariedade da Assembléia Legislativa do Paraná ao povo cubano.

Isto nós iríamos deixar claro às autoridades do Paraná, pelo menos a minha pessoa, enquanto Deputado, iríamos deixar claro: nós estamos aqui em solidariedade ao povo cubano e entendemos que o bloqueio é imoral, é desumano, e se nós pudermos ajudar, o Estado do Paraná, a manter relações comerciais com este País e ajudar este País, este povo, nós iríamos fazê-lo.

Então, eu não entendo por que é que nós, neste objetivo, tenhamos que pagar uma despesa que nós não provocamos e iríamos a trabalho.

Eu quero apenas deixar este protesto, Senhor Presidente. O requerimento foi subscrito pelos dois outros colegas que compõem a Comissão. A mim resta acatá-los, mas registrar o meu protesto. Eu acredito que devamos merecer respeito, os Deputados da Comissão devem merecer o maior respei-

to. E mais do que isso: o Poder Legislativo tem que se fazer respeitar e assumir as decisões que toma. E não revogá-las, em prejuízo de outros, inclusive da nossa própria imagem, porque a embaixada cubana tem conhecimento da nossa presença, toda a programação está confirmada. E eu acho isso, simplesmente, uma irresponsabilidade e uma molecagem, essa ação de alguns colegas, infelizmente, que foram adotadas nesta Casa.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Antônio Annibelli.

Apenas, porque se falou em tarifa, em Km rodado, o Deputado Bona Turra, em 25 milhões de cruzeiros. Falou-se em três mil dólares no Requerimento aprovado ontem. E eu vi no Estado do Paraná três mil e trezentos dólares. E três mil e trezentos dólares no câmbio de hoje daria mais de 70 milhões de cruzeiros.

Como se falou em tarifa, criticou-se o transporte coletivo, o aumento de tarifas, o Km rodado, e o Deputado, um dos que viajaria ou vai viajar às suas expensas, como disse o Deputado Bona Turra, falou em 25 milhões de cruzeiros a passagem.

Eu gostaria que a Mesa esclarecesse ao Plenário e à imprensa se seriam pagos pela Assembléia os três mil e trezentos dólares a cada Deputado ou se pagaria a passagem, para sabermos qual a distância, o Km rodado que estes Deputados, entre a distância do Brasil a Havana, seria talvez o Km rodado mais caro que o transporte coletivo de Curitiba ou seriam 25 milhões de cruzeiros, ou os setenta milhões de cruzeiros a cada Senhor Parlamentar, pagos pelos cofres do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Annibelli que seriam ressarcidas as despesas de viagem dos Senhores Deputados. Isto compreende, efetivamente, as despesas de passagem aérea, hospedagem, alimentação e outras despesas que são admitidas pela Casa, e que porventura fossem realizadas.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - E os três mil e trezentos dólares, publicado pelo jornal O Estado do Paraná, seria inverídico, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É uma estimativa de despesas.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Se me permite, Senhor Presidente, seria o global dos três membros integrantes da Co-

missão Parlamentar. Portanto, valores na ordem de 25 milhões de cruzeiros, por Parlamentar.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu agradeço, Senhor Presidente, o esclarecimento da Mesa e do Deputado Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento do Deputado Cleiton Kielse e Deputado Bona Turra.

O SR. JOSÉ ALVES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, há seis anos nesta Casa a obra maior do PT sempre foi criticar salários de Deputados. E até contra verbas de assistência para que os Deputados dêem cadeiras de rodas, cestas básicas, óculos e remédios aos carentes.

Agora, eu vejo e não consigo entender porquê o PT, um Deputado do PT, quer ir fazer passeio a Cuba com o dinheiro do povo paranaense. Eu não entendi até hoje, e gostaria de entender. Se é contra ajudar o pobre, agora passear daqui a Cuba, com o dinheiro do povo do Paraná? Ora! Eu só queria entender.

O DR. ROSINHA - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu acredito que para alguns Deputados vai ser difícil de entender, porque necessita um raciocínio um pouco longo e duradouro. É necessário aprender a pensar para compreender o comportamento ideológico, principalmente de alguns setores deste Parlamento.

Esta Comissão foi aprovada ontem. Hoje, já se quer revogar o que se votou ontem. Eu vi vários exemplos nestes dois anos em que eu estou aqui. Eu pergunto ao nobre Deputado que não entendeu nada: qual foi a posição deste nobre Deputado ontem? Votou favorável à Comissão e hoje diz que não compreende absolutamente nada. Não compreende porque não participa de debates, de discussão, que estão dentro deste Parlamento.

E o ano passado, por mais de uma vez, eu vi Deputado tendo comportamento diverso pela mesma matéria. Acho isso irresponsabilidade. Ou mais: a quem cede a pressões fora do Parlamento, para ter dois comportamentos diferentes em menos de 24 horas. Passo a acreditar que existem "lobies" por fora.

A ida à Cuba, e eu estive, recentemente em Cuba, não defendo o regime de Fidel Castro. Defendo o socialismo. Defendo o fim do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. E se nós, brasileiros, estivéssemos vivendo esse bloqueio econômico tenho absoluta certeza que teria preocupado com esse bloqueio que seria submetido

o povo brasileiro. Mas para quem enxerga mais nós brasileiros somos submetidos a um bloqueio violento de uma ditadura imposta pelo Fundo Monetário Internacional, ditadura esta que nossos governantes baixam a cabeça, aceitam e nossos Parlamentares se calam. Mas em Cuba, eu que estive lá conversando com o povo, eles dizem: "O Brasil vive problema de imposição do Fundo Monetário, vive o problema de corrupção, é assustador para nós andarmos nas ruas de Cuba e saber o nível de informação que o povo cubano tem a respeito do Brasil, de saber que aqui o Presidente era corrupto e foi colocado para fora. Duvida-se do comportamento corrupto ou não do Presidente deles, a quem afirme que também o é, outros dizem que não. Agora, o regime que está lá eu acredito que não merece a solidariedade, mas o povo merece a solidariedade porque está sendo submetido a bloqueio. E quero dizer, a Bancada do PT, e acredito, com a isenção do Deputado Ernani Pudell, que ontem não votou, acredito que hoje também não votará, se absterá, como manda o Regimento Interno em função de não votar em causa própria; mas nós manteremos a coerência que mantivemos ontem e se alguém tem que espiar o seu erro, nós poderemos espiar no furo, mas de ontem para hoje não entendemos que erramos e não entendemos que estamos incoerentes com a nossa posição política. Manteremos então de pé a nossa posição que assumimos ontem porque quem compreende a realidade, quem compreende o que ocorre no Poder Legislativo, quem compreende o que ocorre na política Nacional e Internacional facilmente compreende a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores de solidariedade do povo sofrido que luta pela libertação desse povo, seja ele brasileiro, seja ele argentino, da América Latina ou da América Central. Não é a esmola da assistência social que livrará qualquer povo da exploração e do massacre, não é esmola do "pelo amor de Deus" para amarrar o voto do futuro para garantir o meu mandato no futuro que vai fazer com esse povo se liberte da exploração que ele é submetido. E nós compreendemos isso e dizemos aos nossos eleitores, porque os nossos eleitores não votam em nós pela assistência social que fazemos, votam em nós porque sabem que têm companheiros lutando contra a exploração, os baixos salários e a opressão. É isso que faz com que nós apoiemos e somos solidários a todo o povo Sulamericano, não importa de que regime que ele seja, mas desde que ele seja massacrado por quem dita as ordens sobre a cabeça dele.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só quero justificar a minha abstenção nessa votação de acordo

com o Regimento Interno, e apenas dizer que infelizmente tem gente que não sabe o que é política, infelizmente tem gente que se aproveita da necessidade do nosso povo, faz demagogia em cima de rádio, distribui presentes, distribui cadeira de roda com dinheiro alheio, com dinheiro do povo e continua se elegendo, o que é lamentável, um defeito da democracia que nós temos que compreender. Mas infelizmente é lamentável isso, porque não participam na Assembléia, não abrem a boca, não contribuem com nada, politicamente, tecnicamente, para o engrandecimento e para o exercício real das funções desse Poder, que é fazer leis para criar direitos ao nosso povo e consolidar esses direitos, essa é a função fundamental de um Deputado, e fiscalizar o Governo para que aplique bem os recursos públicos na Legislação e na ampliação dos direitos que nós criamos, essa é a função. É lógico que existe, e eu não quero aqui generalizar, existem colegas nossos radialistas do mais alto valor, pessoas que têm um trabalho atuante nesta Casa, mas me refiro àquele que mais especificamente nos atingiu. Eu acho que eu falei por quinze minutos explicando, primeiro que essa comissão foi criada e designada pela Assembléia acima de um convite, que tem uma programação oficial de contatos muito extensa de trabalho, quer dizer, ninguém foi fazer passeio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, devidamente apoiado pelo Deputado Bona Turra.

O SR. CLEITON KIELSE - (Para Encaminhar).
Somando aos meus companheiros Bona Turra e Ernani Pudell, queria citar apenas um exemplo do que aconteceu no ano passado em fevereiro, no carnaval de 92, quando estive na Flórida levando documentos do Governo do Estado do Paraná, assinados ainda pelo Governador em exercício Mário Pereira, entregues à nossa Cônsul em Miami, Vera Machado, de onde desencadearam contatos entre o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná, a Universidade da Flórida, que hoje já tem um convênio assinado em prol da ecologia de nosso Estado.

Na época fui às minhas custas, mas senti dificuldades e o ônus que tive que pagar aqui para justificar a minha viagem. E acho que a Assembléia Legislativa, os Deputados que aqui estão, os Deputados que representam o povo do Paraná deveriam ter a sensibilidade da importância do intercâmbio comercial, político e direto com a nossa Assembléia.

Parabéns ao Deputado Ernani, ao Deputado Turra pelo encaminhamento. Sinto que

a nossa Assembléia ainda está retrógrada não vendo os caminhos do futuro, da abrangência, do intercâmbio e contato com países talvez com dificuldade, mas com algumas coisas que podem vir implementar e enriquecer o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento.
Aprovado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pela ordem, Senhor Presidente, o Deputado Florisvaldo Fier ao início, após Vossa Excelência ter lido o requerimento, tinha pedido para discutir o mesmo e as notas taquigráficas e o serviço de alto falante...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já estava em fase de votação quando o Deputado se manifestou.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Teria pedido a discussão e, na forma regimental, quando pede a discussão, o projeto é adiado para a sessão seguinte.

Então perguntaria a Vossa Excelência se após o encaminhamento seria pedida a discussão, ou seria votado. E se for votado, se Vossa Excelência mantiver, solicitaria a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que quando o Deputado Florisvaldo Fier se manifestou, o requerimento já estava em processo de votação e a Mesa concedeu a ele a palavra para encaminhamento. O requerimento foi submetido à votação e foi aprovado pelo plenário com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier e da Deputada Emilia Belinati.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - E eu requeri verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Antônio Annibelli requer verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Cleiton Kielse, apoiado pelo Deputado Bona Turra, no sentido de que seja mantida a Comissão de Parlamentares para viagem à Cuba, excluindo-se do mesmo a parte que se refere a custeio por parte da Assembléia, permaneçam como estão.

O SR. NEREU ALVES MOURA - Pela ordem. Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - No processo de votação acho que...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em processo de verificação de votação e cabe a chamada nominal requerida pelo Senhor Deputado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Se Vossa Excelência fizesse ao contrário Vossa Excelência verificaria que não existe número legal nem para prosseguimento da sessão, se Vossa Excelência fizesse com que os Deputados votassem de maneira inversa como é o normal nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós fizemos da maneira como foi requerida por Vossa Excelência. Procedemos a verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Exatamente. Na verificação os Deputados têm que levantar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vai se proceder a chamada nominal.
(Fé feita a chamada).

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Iensen) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NEREU ALVES DE MOURA - Senhor Presidente, eu requeiro a suspensão da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante da solicitação de dispensa de chamada nominal anteriormente requerida pelo Deputado Nereu Moura, esta Presidência processará a verificação de votação requerida pelo Deputado Antônio Annibelli.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse e apoiado pelo Deputado Bona Turra queiram, por gentileza, levantar-se. Os Senhores Deputados que forem contrários ao Requerimento queiram levantar-se.

Quatro (04) Senhores Deputados são

contrários e dezenove (19) a favor. Não há quórum para deliberação, apenas para o prosseguimento da Sessão.

Requerimento nº 156, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos nºs 122 e 123, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Como autor dos requerimentos em contato com a Liderança do PMDB e parte dos documentos fornecidos e o compromisso assumido que para o início da próxima semana teremos os demais documentos, eu retiro os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente retirados.

Requerimento de nº 153, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. **A Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimento nº 159, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix com apoio dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, José Alves, Carlos Simões e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 152, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **A Comissão Executiva para apreciar.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 028 e 029/93.

Levanta-se a sessão.